

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO
Gerência – 2012



RELATÓRIO ANUAL

Gerência de 2012



Presidente da Assembleia da República

Maria da Assunção Andrade Esteves

Vice-Presidentes

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

António Filipe Gaião Rodrigues

Secretários da Mesa

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Abel Lima Baptista

Artur Jorge da Silva Machado

Vice-Secretários da Mesa

Maria Paula da Graça Cardoso

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão

Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida


Conselho de Administração



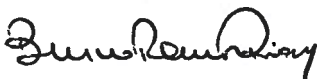
António Fernando Couto dos Santos
Presidente




José Manuel Lello Ribeiro de
Almeida
Representante do GP do PS



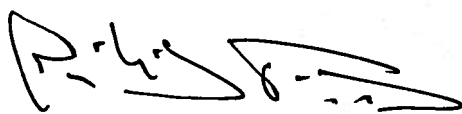
João Guilherme Nobre Prata
Fragoso Rebelo
Representante do GP do CDS-PP



Bruno Ramos Dias
Representante do GP do PCP



Mariana Rosa Aiveca
Representante do GP do BE



José Luís Teixeira Ferreira
Representante do GP do PEV



João Manuel Cabral Tavares
Secretário-Geral da AR



Francisco José Pereira Alves
Representante dos Funcionários Parlamentares

Glossário

AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
ANCV	Assembleia Nacional de Cabo Verde
ANPGB	Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau
ANSTP	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
AP-CPLP	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
AP-UpM	Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo
APM	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
APNATO	Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte
APOSCE	Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
AR	Assembleia da República
ARM	Assembleia da República de Moçambique
ASGP	Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos
ASG – PLP	Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
ASG – UIP	Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar
BE	Bloco de Esquerda
BIB	Biblioteca
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CAJP	Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz
CDS-PP	Centro Democrático Social – Partido Popular
CFBD-ADN	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
CFPI	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
CFSI	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
CFSIIC	Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal
CIC - RP	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
CINF	Centro de Informática da AR
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNECV	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CNPMA	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
DAC	Divisão de Apoio às Comissões
DAR	Diário da Assembleia da República
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património
DAPLEN	Divisão de Apoio ao Plenário
DE	Divisão de Edições

DGF	Divisão de Gestão Financeira
DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
DP	Divisão de Protocolo
DR	Diário da República
DRAA	Divisão de Redação e Apoio Audiovisual
DRHA	Divisão de Recursos Humanos e Administração
DRI	Divisão de Relações Internacionais
DSAF	Direção de Serviços Administrativos e Financeiros
DSATS	Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
DSDIC	Direção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
FPIA	Fórum Parlamentar Ibero-americano
GABSG	Gabinete do Secretário-Geral
GARIP	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
GDP	Grupo Desportivo Parlamentar
GP	Grupo Parlamentar
GR%	Grau de Execução (percentagem)
IAS	Indexante de Apoios Sociais
LOFAR	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OAR	Orçamento da Assembleia da República
OE	Orçamento de Estado
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PAR	Presidente da Assembleia da República
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"
PLC	Processo Legislativo Comum
PNTL	Parlamento Nacional de Timor Leste
POC-AR	Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
RMMG	Retribuição Mínima Mensal Garantida
SAR	Serviços da Assembleia da República
SIGAR	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
UIP	União Interparlamentar
UTRAT	Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território

Índice

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL	11
1.1 OAR 2012	11
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2012	15
2. ATIVIDADES PARLAMENTARES	20
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	24
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	25
2.3 RELAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS	26
2.4 GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE	40
2.5 CERIMÓNIAS, RECEÇÃO DE DELEGAÇÕES E DE ENTIDADES OFICIAIS E OUTRAS REUNIÕES	41
2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	45
3. ATIVIDADES DE APOIO	46
3.1 GESTÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO	46
4. ATIVIDADE EDITORIAL	54
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	57
5.1 BILATERAL	57
5.2 MULTILATERAL	60
6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	60
7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	66
8. FINANCIAMENTO	70
8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS	70
8.2 SUBVENÇÕES PÚBLICAS	72
9. INVESTIMENTOS	73
9.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2012	73
9.2 PROJETOS TRANSITADOS PARA 2013	79
10. EXECUÇÃO FINANCEIRA	79
10.1 DAS DESPESAS	79
10.2 DAS RECEITAS	82
11. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2012	84
NOTA FINAL	87

Índice de Quadros

QUADRO 1	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2012	14
QUADRO 2	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	15
QUADRO 3	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS	16
QUADRO 4	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES	17
QUADRO 5	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	18
QUADRO 6	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	22
QUADRO 7	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	23
QUADRO 8	REUNIÕES (UIP)	28
QUADRO 9	REUNIÕES (AP-CPLP)	29
QUADRO 10	REUNIÕES (APNATO)	30
QUADRO 11	REUNIÕES (APCE)	31
QUADRO 12	REUNIÕES (AP-UPM)	33
QUADRO 13	REUNIÕES (APOSCE)	34
QUADRO 14	REUNIÕES (APM)	35
QUADRO 14A	REUNIÕES (FPIA)	35
QUADRO 15	OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS	36
QUADRO 16	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO	40
QUADRO 17	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS	45
QUADRO 18	ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”	46
QUADRO 19	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”	46
QUADRO 20	LANÇAMENTOS EDITORIAIS	56
QUADRO 21	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	71
QUADRO 22	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	72
QUADRO 23	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	73
QUADRO 24	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	74
QUADRO 25	PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2013	79
QUADRO 26	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	80
QUADRO 27	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2013 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	81
QUADRO 28	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	82
QUADRO 29	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2012	83

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2009 A 2012	18
GRÁFICO 2.1	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2012	19
GRÁFICO 2.2	DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2012	19
GRÁFICO 3	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES, AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	21
GRÁFICO 4	PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES	24
GRÁFICO 5.1	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS	51
GRÁFICO 5.2	DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS)	51
GRÁFICO 6	EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS	52
GRÁFICO 7	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL	57
GRÁFICO 8	EVOLUÇÃO DO QUADRO DE EFETIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/CARREIRAS	67
GRÁFICO 9	EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS	67
GRÁFICO 10	EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE	68
GRÁFICO 11	EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL	68
GRÁFICO 12	FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE	69
GRÁFICO 13	EVOLUÇÃO DAS VENDAS	84
GRÁFICO 14	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	85

Nota do Conselho de Administração

Nos termos do nº 1 do artigo 59º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** e a **Conta** relativos à Gerência de 2012, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob direta coordenação do Secretário-Geral.

O Relatório que se apresenta traduz, tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2012 foram introduzidas no OAR inicial aprovado no Plenário em 30 de setembro de 2011, as características gerais na vertente orçamental e financeira da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento da subvenção para a campanha das Eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Na globalidade das despesas, geriu-se um total de **€105.651.167,03**, encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as Entidades Autónomas** e as **subvenções aos Partidos Políticos e às campanhas eleitorais**, com um nível global de **execução de 77,23%**, dos quais:

- **€77.250.891,78** - Despesa total – **atividade da AR**, com execução de **70,26%** (com a cativação aplicável de €1.369.750 a taxa de execução seria de 71,53%), da qual:
 - **€64.518.857,09**- Despesas Correntes - **atividade da AR**, com execução de **82,65%**;
 - **€12.732.034,69** - Despesas de Capital - **atividade da AR**, com execução de **7,50%**;
- **€10.404.732,10** – Transferências - **Entidades Autónomas**, com execução de **89,59%**;
- **€14.853.459** - **Subvenções aos Partidos Políticos**, com execução de **100%**; e
- **€3.142.084,15** - **Subvenções para campanhas eleitorais**, com execução de **99,9%**.

A taxa de execução mais baixa do que tem sido habitual nos anos mais recentes, verificada na "Despesa total – atividade da AR" e nas "Transferências - Entidades Autónomas", deve-se, não só às cativações aplicáveis, mas também ao clima de grande contenção com que, no caso particular da AR, foi realizada a execução orçamental do exercício de 2012.

Ao nível da **Atividade Parlamentar**, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos em Sessões Plenárias e em Comissões Especializadas, bem como em sede das organizações internacionais e das instituições interparlamentares de que é parte.

Em matéria de **investimento**, destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2012:

- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação**, foi dada continuidade à implementação das recomendações resultantes da auditoria do INESC ao Sistema Informático e das resultantes da auditoria de segurança anual realizada à Entidade Certificadora da AR (ECAR);
- Ao nível das **obras de melhoria/conservação**, foi lançada a empreitada de impermeabilização do frontão do Palácio de S. Bento, realizada a empreitada de ventilação e climatização da creche, necessária para obtenção do certificado energético do Edifício da Av.ª D. Carlos I, e iniciados os trabalhos com vista à criação do Centro de Acolhimento ao Cidadão (CAC).
- Ao nível dos **sistemas de audiovisual**, destaca-se a aquisição da plataforma de web-tv para o Canal Parlamento, com maior presença *online* e fortalecimento desta plataforma enquanto canal privilegiado de distribuição de conteúdos vídeo e áudio em multiplataforma na Internet, nos novos terminais "Internet TVs", em Iphone, iPad e outros dispositivos móveis.

Realça-se que, no ano 2012, o Canal Parlamento (ARTV) completou 10 anos de funcionamento no atual formato, emitindo 24 horas por dia, 7 dias por semana, nas plataformas de cabo (ZON, MEO, VODAFONE, OPTIMUS CLIX, CABOVISÃO) e iniciou a sua emissão na plataforma digital terrestre (TDT).

Por outro lado, a Assembleia da República prosseguiu a sua **atividade editorial** própria e desenvolveu atividades de aproximação ao exterior e divulgação das suas atividades, abrindo as portas aos visitantes e realizando exposições.

É ainda de salientar os elevados níveis, em termos da complexidade e do volume das tarefas, a que está sujeita a atividade desenvolvida pela AR e aos quais os **Funcionários Parlamentares** tiveram de dar resposta, não obstante a contínua diminuição do número de efetivos.

1. Enquadramento Orçamental

1.1 OAR 2012

Em 7 de setembro de 2011, o Conselho de Administração elaborou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2012, com base na proposta de OAR2012 coordenada e apresentada pela Secretária Geral, nos termos dos artigos 15º e 24º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, tendo aquela sido aprovada em



Plenário, na sessão de 30 de setembro de 2011, pela Resolução da Assembleia da República n.º 131/2011, publicada no Diário da República, I Série, n.º 200, de 18 de outubro de 2011.

No OAR2012 aprovado, os montantes inscritos para as **despesas correntes e de capital** da atividade da AR ascenderam, respetivamente, a €65.067.655 e €3.278.732, traduzindo globalmente uma **diminuição de 15,67% relativamente ao OAR2011 corrigido**.

Por outro lado, o montante total do **Financiamento de Entidades e Subvenções** foi de €26.324.237, apresentando um **decréscimo de 37,17%** face ao OAR2011 corrigido, sendo que esta diminuição decorre essencialmente do facto de, em 2011, estarem inscritas as verbas globais necessárias ao pagamento das subvenções para as campanhas das Eleições Presidenciais, Legislativas e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e, em 2012, apenas se ter procedido, de acordo com o calendário eleitoral, à inscrição das dotações orçamentais da subvenção pública para a **campanha relativa à eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores** (€840.531).

Incluem-se, ainda, no **Financiamento de Entidades e Subvenções**, em 2012, as **subvenções aos Partidos Políticos** (€14.853.459) e as **transferências para as Entidades Autónomas** (€10.630.247) – conforme Quadro1. Importa salientar que no OAR2012 inicial, e em relação ao OAR2011 corrigido, houve uma redução dos montantes das subvenções públicas atribuídas aos Partidos Políticos (1,33%), em função dos cálculos efetuados com base nos resultados das Eleições Legislativas, realizadas em junho de 2011. No que respeita às transferências para as Entidades Autónomas, apresentaram **um decréscimo de 11,91%** decorrente das medidas de contenção orçamental.

O 1º Orçamento Suplementar de 2012, elaborado nos termos do artigo 50º da LOFAR, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, sob proposta do Conselho de Administração, em 25 de maio¹. Este 1º OAR suplementar alterou a dotação orçamental inicial no montante de €95.394.581 para €105.651.167,03 (aumento no valor de **€10.256.586,03**), com os seguintes fundamentos:

- Integração do diferencial do saldo de gerência da Assembleia da República apurado à data de encerramento da gerência de 2011: **€12.254.275,78** (no OAR2012 foram inicialmente inscritos €9.500.000,00, sendo que o valor efetivamente apurado a 31/12/2011 foi de €21.754.275,78);

¹ Resolução da Assembleia da República n.º 77/2012, publicada no DR, I Série, n.º 106, de 31 de maio.

- Integração do saldo de gerência da subvenção pública para as campanhas eleitorais das Eleições Autárquicas 2009, Presidenciais 2011, Legislativas 2011 e Legislativas da Região Autónoma da Madeira (RAM) 2011: **€2.301.553,15**, dos quais €2.259.566,46 foram devolvidos ao Tesouro e €41.986,69 destinaram-se ao pagamento ao PS da 2ª *tranche* da subvenção para a campanha das Legislativas da RAM;
- Integração do diferencial entre o valor requisitado pela AR ao OE e o valor requerido à AR pela Provedoria de Justiça, apurado à data do encerramento da gerência de 2011: **€614.310,00**, importância que, em 2012, foi devolvida ao Tesouro. De modo semelhante, procedeu-se à integração, e devolução ao Tesouro, de **€3.194,00**, relativos à CNPD;
- Redução das transferências do OE em **€4.916.746,90**, no que respeita aos montantes inscritos a título de subsídio de férias e Natal e respetivos encargos da entidade patronal (da AR e das Entidades que funcionam junto deste órgão de soberania), em cumprimento do disposto no artigo 21º da Lei do OE2012 (Lei nº 64-B/2011, de 30/12), que determinou a suspensão dos referidos subsídios.

Importa ainda realçar, no âmbito deste 1º Orçamento Suplementar, os seguintes aspetos:

- O reajuste das dotações de diversas rubricas orçamentais da despesa, que se tornou necessário em função dos encargos assumidos e não pagos no exercício económico de 2011, traduzido pelos compromissos transitados para o exercício de 2012, no valor de **€1.173.841,06**, cuja cobertura se encontrava assegurada pelo saldo de gerência da AR apurado e não integrado em OAR2012 inicial;
- O reforço, em **€1.500.000,00**, da dotação da rubrica "07.01.15A - Equipamento Audiovisual", para fazer face a eventuais encargos com a transmissão do Canal Parlamento;
- O reforço da dotação provisional em **€9.580.434,72** (€2.000.000,00 em correntes e €7.580.434,72 em capital), resultante do diferencial entre o saldo de gerência integrado e os encargos transitados, acrescidos do reforço da rubrica "07.01.15A - Equipamento Audiovisual".

Para além do orçamento suplementar referido, efetuaram-se **quatro alterações orçamentais verticais**, visando reajustar dotações e enquadrar situações pontuais com tradução financeira entretanto surgidas, as quais **não influenciaram**, contudo, a **despesa global**. Essas alterações obtiveram o parecer favorável do Conselho de Administração, respetivamente, em 25 de janeiro, 5 de julho, 7 de novembro e 13 de dezembro do ano em referência.

Importa salientar que a **2ª alteração orçamental** referida contemplou os encargos, não previstos em OAR2012 inicial, inerentes à criação, pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) e ao reforço da rubrica "quotizações" para fazer face ao pagamento da contribuição nacional para a APNATO, cujo pagamento foi, até 2010, assegurado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Da execução do OAR2012 decorreu um **saldo de gerência, apurado à data de 31 de dezembro de 2012 e a transitar para o ano de 2013, no valor de €23.591.006,30**, dos quais €178.365,07 correspondem ao saldo das subvenções para as eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de 2012, configurando o remanescente (€23.412.641,23) o saldo da AR, do qual €12.000.000 já foram integrados em OAR2013 inicial.

As alterações aprovadas, quer em sede de OAR Suplementar, quer no quadro das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subatividades), refletiram-se ao nível das diversas atividades, conforme se apresenta no Quadro 1 seguinte:

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2012

Unidade: Euro

Atividades	OAR2011 corrigido	OAR2012 inicial	OAR2012 corrigido	Var%	Var%
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
DESPESAS CORRENTES AR	75.612.605	65.067.655	63.645.336	-13,95%	-15,83%
ATIVIDADES PARLAMENTARES	35.104.875	32.608.849	31.758.125	-7,11%	-9,53%
ATIVIDADES DE APOIO	32.698.900	28.450.503	27.577.905	-12,99%	-15,66%
ATIVIDADE EDITORIAL	1.423.339	794.220	955.636	-44,20%	-32,86%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	551.025	457.700	469.630	-16,94%	-14,77%
OUTRAS ATIVIDADES	5.561.299	2.500.000	2.592.529	-55,05%	-53,38%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	213.648	198.651	233.779	-7,02%	9,42%
OUTRAS ENTIDADES	59.517	57.732	57.732	-3,00%	-3,00%
DESPESAS DE CAPITAL AR	5.432.663	3.278.732	12.732.035	-39,65%	134,36%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	101.551	70.000	70.000	-31,07%	-31,07%
INVESTIMENTO	4.483.612	2.708.732	4.856.894	-39,59%	8,33%
OUTRAS ATIVIDADES	847.500	500.000	7.805.141	-41,00%	820,96%
TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)	81.045.268	68.346.387	76.377.371	-15,67%	-5,76%
DESPESAS CORRENTES CONSELHOS (2)	983.594	723.957	873.521	-26,40%	-11,19%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	149.010	148.890	148.415	-0,08%	-0,40%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	165.135	126.855	117.555	-23,18%	-28,81%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	295.954	248.527	245.446	-16,03%	-17,07%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM.CRIMIN.	373.495	199.685	199.685	-46,54%	-46,54%
UNIDADE TÉC. PARA REORGANIZ. ADM. TERRITÓRIO	0	0	162.420	n.a.	n.a.
TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)	82.028.862	69.070.344	77.250.892	-15,80%	-5,82%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	12.067.179	10.630.247	10.404.732	-11,91%	-13,78%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	15.053.357	14.853.459	14.853.459	-1,33%	-1,33%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	14.779.628	840.531	3.142.084	-94,31%	-78,74%
TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇ	123.929.025	95.394.581	105.651.167	-23,02%	-14,75%

Da análise do Quadro 1, ressalta que o OAR2012, face ao OAR2011, apresenta um **decréscimo de 14,75% da despesa global (o decréscimo da atividade da AR é de 5,76%, excluindo os Conselhos, as Entidades Autónomas, as subvenções aos partidos e às campanhas eleitorais)**. Este comportamento é determinado pela diminuição de encargos afetos às subvenções para as campanhas eleitorais, decorrente do facto de a verba inscrita em 2011 incluir o pagamento global das subvenções estatais para três atos eleitorais – Presidenciais, Legislativas nacionais e Legislativas da Região Autónoma da Madeira -, bem como a redistribuição de excedentes das Eleições Autárquicas de 2009 e, ainda, uma 2ª redistribuição de excedentes das Eleições para o Parlamento Europeu de 2009, enquanto em 2012 o montante global inscrito é significativamente inferior, incluindo a subvenção estatal para as Eleições Legislativas da Região Autónoma dos Açores, bem como o pagamento do remanescente das Legislativas da Região Autónoma da Madeira.

Em “Despesas Correntes”, a **variação negativa de 15,83%** decorre, principalmente, da diminuição verificada em “Atividades parlamentares” e em “Atividades de apoio”, em resultado, por um lado, da aplicação das **reduções remuneratórias e contratuais e da suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal**, determinadas pela Lei do OE2012, e, por outro, das medidas de extrema contenção orçamental em 2012, representando o montante inscrito em dotação provisional corrente, no valor global de €2.592.529, parte da “poupança” conseguida pela AR em 2012.

No que se refere às “Despesas de Capital”, o Quadro 1 evidencia um **acréscimo de 134,36%**, face ao valor orçamentado em 2011, sendo a subatividade “Outras atividades”, onde está inscrita exclusivamente a dotação provisional de capital, que apresenta a maior variação (820,96%), traduzindo a outra parte da “poupança” da AR em 2012. Face à conjuntura económica, a AR reduziu o seu plano de investimento para 2012 a projetos inadiáveis, o que justifica a baixa taxa de execução verificada na atividade “investimento” (19,31%), como se analisará mais à frente neste relatório.

1.2 Execução Orçamental — 2012

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2012 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	64.518.857	53.323.323	82,65%
DESPESAS DE CAPITAL	12.732.035	954.444	7,50%
TOTAL AR	77.250.892	54.277.767	70,26%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	10.404.732	9.321.722	89,59%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	14.853.459	14.853.458	100,00%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	3.142.084	3.141.643	99,99%
TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES	105.651.167	81.594.590	77,23%

Em 2012, os encargos assumidos atingiram o montante de €81.594.590 (Quadro 2), o que se traduziu numa **execução orçamental** de **77,23%**, registando-se uma diferença de €24.056.577, entre o valor total orçamentado em termos de OAR corrigido e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é influenciado, não só pela dotação provisional não executada (num total de €10.392.706,06 - corrente e capital), mas também pelas verbas não requisitadas pela AR (€1.369.750) e Entidades Autónomas (€1.083.010), resultantes sobretudo das cativações previstas na Lei do OE2012 e no respetivo Decreto-Lei de Execução Orçamental.

Verifica-se, conforme Quadro 3 infra, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **70,26%**, pelo que, com o objetivo de melhor esclarecer a execução da atividade da AR em 2012, far-se-á, doravante, **uma análise que não inclui os montantes transferidos para as Entidades Autónomas, nem as mencionadas Subvenções Estatais para os Partidos Políticos e para as Campanhas Eleitorais.**

Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2012 corrigido sem Entid.Autónomas /Subvenções	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	64.518.857	53.323.323	82,65%
DESPESAS DE CAPITAL	12.732.035	954.444	7,50%
TOTAL DAS DESPESAS	77.250.892	54.277.767	70,26%

O nível de execução orçamental foi de **82,65%** em "Despesas Correntes" e de **7,5%** em "Despesas de Capital", constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da atividade normal da AR.

Desagregando a execução por atividades (Quadro 4), face à respetiva natureza da despesa, verifica-se que a taxa de execução orçamental mais elevada, em sede de **despesas correntes**, é atingida em "Outras entidades" (100%), seguida de "Atividades Parlamentares" (90,25%), "Atividades de Apoio" (84,28%) e "Outros encargos parlamentares" - Quotizações (79,88%).

Na análise do Quadro 4, importa, ainda, salientar que, no ano de 2012, em termos de estrutura da despesa, o peso orçamental das "**Atividades Parlamentares**" foi de 52,81%, logo seguido das "**Atividades de Apoio**", que representam 42,82% do total orçamentado.

Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES

Unidade: Euro

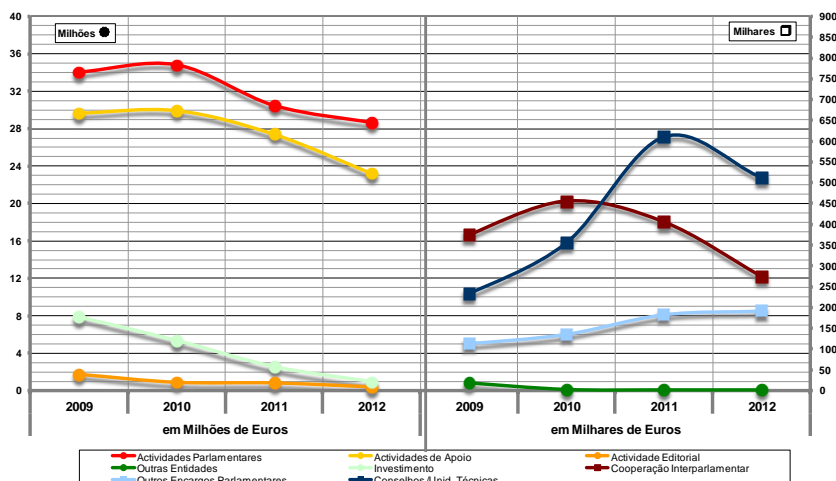
Atividades	OAR2012 corrigido	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
	1	2	3 = 2 / 1	4 = 2 / Σ2
ATIVIDADES PARLAMENTARES	31.758.125	28.661.437	90,25%	52,81%
ATIVIDADES DE APOIO	27.577.905	23.242.098	84,28%	42,82%
ATIVIDADE EDITORIAL	955.636	399.212	41,77%	0,74%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	469.630	257.973	54,93%	0,48%
OUTRAS ATIVIDADES*	2.592.529	4.964	0,19%	0,01%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	233.779	186.733	79,88%	0,34%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORM. MAÇ.	148.415	107.662	72,54%	0,20%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	117.555	74.614	63,47%	0,14%
OUTRAS ENTIDADES	57.732	57.732	100,00%	0,11%
CONSELHO NAC. PROCREAÇÃO MED. ASSISTIDA	245.446	114.831	46,78%	0,21%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN	199.685	149.474	74,85%	0,28%
UNIDADE TÉC. PARA REORGANIZ. ADM. TERRITÓR	162.420	66.595	41,00%	0,12%
DESPESAS CORRENTES (1)	64.518.857	53.323.323	82,65%	98,24%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	70.000	16.375	0,00%	0,03%
INVESTIMENTO	4.856.894	938.069	19,31%	1,73%
OUTRAS ATIVIDADES*	7.805.141	0	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	12.732.035	954.444	7,50%	1,76%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	77.250.892	54.277.767	70,26%	100,00%

(*) Dotação Provisional não utilizada

No que respeita às **despesas de capital**, cuja taxa de execução foi de 7,5% em resultado do elevado montante inscrito e não utilizado em "Outras atividades - dotação provisional de capital" (€7.805.141), salienta-se a subatividade "Investimento", com uma realização de 19,31%, indicador que traduz uma redução de 62,94% face à execução do ano de 2011 (Quadro 5).

Importa ainda reter que, face à atual conjuntura de forte contenção orçamental, das **empreitadas que integraram o Plano de Investimentos de 2012, apenas foi lançada a empreitada de impermeabilização do frontão do Palácio de S. Bento**, considerada indispensável à preservação deste edifício enquanto monumento nacional. Não obstante optou-se pela realização de outras, consideradas necessárias e prioritárias ao melhoramento e conservação dos edifícios da AR, nomeadamente: a empreitada de ventilação e climatização da creche, necessária à obtenção da legalmente obrigatória certificação energética do Edifício da Av.ª D. Carlos I, e a criação do Centro de Acolhimento ao Cidadão (CAC), que incluiu a empreitada de abertura do novo vão de acesso ao Refeitório dos Monges e requalificação e arranjos exteriores do parque de estacionamento do Palácio.

Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2009 A 2012



A evolução da despesa realizada por atividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1, verificando-se que, no ano de 2012, **houve um decréscimo global das despesas**, com exceção das realizadas pelos Conselhos/Unidade Técnicas que funcionam junto da AR, mais concretamente pela Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território que, por ter sido constituída em 2012, não apresentou despesas em anos anteriores.

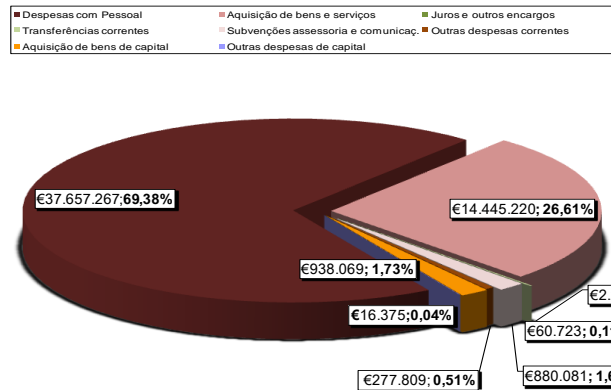
Por outro lado, conforme evidenciado no Quadro 5, salientam-se os **decréscimos de 15,31% nas “Atividades de apoio” e de 5,95%, nas “Atividades parlamentares”**, justificados não só pela aplicação das reduções remuneratórias, contratuais e de suspensão dos subsídios de férias e de Natal, determinadas pela Lei do OE2012, como também pela continuada redução do número de funcionários parlamentares, designadamente por transição para a situação de aposentação, e pelas medidas de contenção generalizadas que, nomeadamente ao nível dos **“Investimentos”**, se traduziram numa redução de €1.593.093 (62,94%).

Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

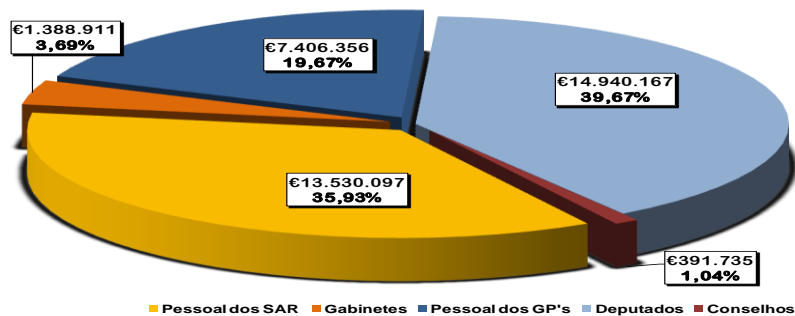
Atividades	Encargos Assumidos		Var%
	2011	2012	
ATIVIDADES PARLAMENTARES	30.475.239	28.661.437	-5,95%
ATIVIDADES DE APOIO	27.444.884	23.242.098	-15,31%
ATIVIDADE EDITORIAL	829.251	399.212	-51,86%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	405.450	274.348	-32,34%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	182.940	186.733	2,07%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	103.295	107.662	4,23%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	84.536	74.614	-11,74%
OUTRAS ENTIDADES	59.517	57.732	-3,00%
CONSELHO NAC. PROCREIAÇÃO MED. ASSISTIDA	147.192	114.831	-21,99%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	276.162	149.474	-45,87%
UNIDADE TÉC. PARA REORGANIZ. ADM. TERRITÓRIO	0	66.595	n.a.
INVESTIMENTO	2.531.162	938.069	-62,94%
TOTAL DAS DESPESAS	62.539.628	54.277.767	-13,21%

Gráfico 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2012



O Gráfico 2.1 apresenta a **distribuição da despesa** por agrupamento económico: as “Despesas com Pessoal” representam **69,38%** do total da despesa de 2012 (cf. Gráfico 2.2), seguidas das “Aquisições de Bens e Serviços” (**26,61%**) e das “Aquisições de Bens de Capital (**1,73%**).

Gráfico 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2012



O gráfico 2.2 evidencia os encargos englobados na rubrica orçamental “Despesas com Pessoal”. De acordo com os princípios do classificador económico, esta rubrica integra os encargos com remunerações e outras despesas com o pessoal dos Serviços da Assembleia da República (SAR), para além de outros encargos de idêntica natureza, nomeadamente com Deputados. De acordo com a realidade patente no Gráfico 2.2, verifica-se uma distribuição quase equitativa na partição dos encargos relacionados, por um lado, com “**Deputados**” (39,67%) - que não inclui as despesas de transporte consideradas no agrupamento “02 – Aquisições de bens e serviços”- e, por outro, dos encargos imputáveis a “**Pessoal dos SAR**” (35,93%), enquanto os encargos com **pessoal afeto aos “Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares”** representam 19,67%. Já os encargos com remunerações, constituem **3,69%** e **1,04%**, em percentagem do encargo total com remunerações, para o pessoal nomeado para os **Gabinetes da AR** e para o pessoal afeto aos **Conselhos** integrados no orçamento da AR, respetivamente.

2. Atividades Parlamentares

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções legislativas e de orientação e fiscalização políticas.

Não obstante a atividade política do Parlamento ser objeto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 117º do Regimento, referem-se abaixo alguns indicadores próprios dessa atividade.

Assim, em 2012, realizaram-se **117 reuniões plenárias** e **1 da Comissão Permanente**. Ainda no âmbito da atividade parlamentar, foram realizadas **27 Conferências de Líderes**. Durante o ano de 2012 realizaram-se, ainda, **35 reuniões do Conselho de Administração**.

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **83 Propostas de Lei, 197 Projetos de Lei** (um deles no âmbito da iniciativa legislativa de cidadãos), **39 Propostas de Resolução, 392 Projetos de Resolução, 10 Projetos de Deliberação, 37 Apreciações Parlamentares e 5 Inquéritos Parlamentares**. Foram aprovadas, em 2012, **2 Leis Orgânicas, 70 Leis, 152 Resoluções e 7 Deliberações**.

Foram apresentados pelos Deputados os seguintes **Requerimentos**: 281 ao Governo, 2084 à Administração Local e 64 a Entidades Independentes. No mesmo ano, foram recebidas as seguintes **respostas**: 181 do Governo, 990 da Administração Local e 50 das Entidades Independentes.

Foram ainda apresentadas pelos Deputados 3280 perguntas, tendo sido obtidas 2756 respostas.

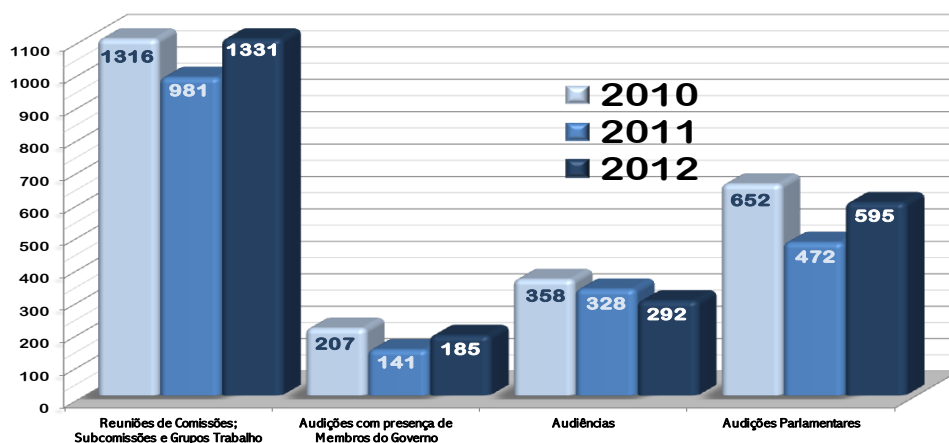
Durante o ano de 2012, procedeu-se também à preparação, organização e acompanhamento das eleições para os seguintes órgãos:

- Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial;
- Presidente e 1 vogal para a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd);
- Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA);
- Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S.A;
- Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT);
- 3 Juízes para o Tribunal Constitucional;
- 1 Vice-Secretário da Mesa da Assembleia da República, proposto pelo GP do PS;
- Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA).

No ano de 2012, apesar das vicissitudes atrás apontadas, as Comissões, as Subcomissões e os Grupos de Trabalho efetuaram 1331 reuniões (902 efetuadas pelas comissões parlamentares permanentes, 28 pela comissão eventual, 88 pelas comissões de inquérito parlamentar, 22 pela subcomissão permanente e 291 pelos grupos de trabalho), das quais **185 contaram com a presença de Membros do Governo**, num total de 595 audições. Foram ainda concedidas **292 audiências** pelas Comissões.

Relativamente ao período compreendido entre 2010 e 2012, verificam-se as diferenças evidenciadas, de forma sintética, no gráfico 3 que a seguir se apresenta:

Gráfico 3 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES, AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES



A análise dos dados evidencia, com exceção das audiências, um acréscimo relativamente ao ano de 2011, que foi um ano atípico devido à dissolução do Parlamento, aproximando-os, para mais e para, significativamente, menos, com respeito ao ano de 2010.

Comparando os últimos três anos, verifica-se que o maior número de reuniões de Comissões, Subcomissões e Grupos de Trabalho ocorreu em 2012. No tocante ao facto do número de audiências apresentar uma descida, a mesma é aparente, uma vez que aumentou de forma expressiva o contacto mais direto dos cidadãos com as comissões e o processo legislativo que nelas decorre, fruto da disponibilização de novas tecnologias, tais como o *fórum-online* ou a recolha de contributos *online* das iniciativas legislativas.

Em 2012 deram entrada **146 petições**, 61 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos e 70 remetidas por via eletrónica. Comparativamente com 2011, houve um **aumento** na ordem de 7,35%, uma vez que, nesse ano, deram entrada 136 petições, sendo menos significativa a variação das remetidas por via eletrónica (70 em 2012 versus 89 em 2011).

Por outro lado, a atividade parlamentar (117 Reuniões Plenárias, com um total de 374h e 50m e 1 reunião da Comissão Permanente de 2h e 40m) originou a produção de **683 Diários da Assembleia da República** (versão exclusivamente eletrónica), representando uma variação negativa de 12,3%, distribuídos por 118 números da **1.ª Série** (+24,2%) e 565 da **2.ª Série** (-17,4%), com 156 Suplementos. Na 1.ª Série do DAR foram trabalhadas 19.020 páginas (+22,9%) e na 2.ª Série 139.128 páginas (-11,2%).

No sistema de gravação digital (**DIGIAUDIO**), foram gravadas 377h e 30 m de reuniões Plenárias e da Comissão Permanente e 1980h de reuniões das Comissões Parlamentares e de outros eventos.

Já o **Canal Parlamento**, no ano em que completou 10 anos de funcionamento no atual formato, com uma emissão de 24 horas por dia, todos os dias da semana, nas plataformas de cabo (ZON, MEO, VODAFONE, OPTIMUS CLIX, CABOVISÃO), fez a sua emissão inaugural na plataforma digital terrestre (TDT), produzindo 7.800 horas de emissão (em direto e em diferido), correspondentes a reuniões do Plenário, das Comissões Parlamentares e de outros eventos realizados na AR, designadamente Conferências e Colóquios.

O **sistema de votação eletrónica** foi utilizado, para verificação de quórum e votação, em 45 sessões plenárias.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4, as **“Atividades Parlamentares” representam 52,81% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 90,25%**. Regista-se, agora, no Quadro 6, a correspondente desagregação da despesa realizada pelas respetivas subatividades:

Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	OAR2012 Corrigido	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/£2
Presidente da Assembleia da República	98.781	29.861	30,23%	0,10%
Gabinete de Apoio ao PAR	615.648	562.672	91,40%	1,96%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.008.543	881.509	87,40%	3,08%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	386.600	333.391	86,24%	1,16%
Conselho de Administração	71.250	71.211	99,95%	0,25%
Grupos Parlamentares	990.068	989.068	99,90%	3,45%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.093.140	7.360.472	90,95%	25,68%
Comissões Parlamentares	579.449	260.036	44,88%	0,91%
Deputados	17.881.728	17.047.548	95,34%	59,48%
Parlamento Europeu	2.321	2.321	100,00%	0,01%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	20.000	5.487	27,44%	0,02%
Deslocações em Território Nacional	1.000	530	53,01%	0,00%
Deslocações ao Estrangeiro	1.238.066	844.738	68,23%	2,95%
Grupos Parlamentares de Amizade	89.034	22.117	24,84%	0,08%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	592.362	167.786	28,32%	0,59%
Programa Parlamento Jovem	90.135	82.689	91,74%	0,29%
TOTAL DAS DESPESAS	31.758.125	28.661.437	90,25%	100,00%

O Quadro 6 permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das dezasseis subatividades que integram as “Atividades Parlamentares”, bem como o respetivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 85,16% do total dos encargos assumidos** corresponde apenas às duas componentes seguintes:

- **“Deputados”** – que integra as despesas com as respetivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento, despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte, prestações familiares e complementares, contribuições para a ADSE, CGA e segurança social (no que se refere aos encargos da entidade patronal), seguros e subsídio de reintegração (59,48%). O vencimento foi objeto de uma redução remuneratória de 5%, introduzida pelo artigo 11º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, acrescida, a partir de 1 de janeiro de 2011, das reduções remuneratórias estipuladas pela Lei do OE, que abrangem também as despesas de representação, e, a partir de 2012, da suspensão do pagamento dos 2 meses de vencimentos extraordinários;
- **“Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares”** - onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afeto a estes Gabinetes, também objeto das reduções remuneratórias estipuladas pelas Leis do OE (2011 e 2012), e, em 2012, da suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, e respetivos encargos sociais obrigatórios para a ADSE, CGA e Segurança Social (25,68%).

Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	Encargos assumidos		
	2011	2012	Var%
	1	2	3=2/1
Presidente da Assembleia da República	90.791	29.861	-67,11%
Gabinete de Apoio ao PAR	556.877	562.672	1,04%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	975.379	881.509	-9,62%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	411.250	333.391	-18,93%
Conselho de Administração	69.842	71.211	1,96%
Grupos Parlamentares	985.189	989.068	0,39%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.005.653	7.360.472	-8,06%
Comissões Parlamentares	243.052	260.036	6,99%
Deputados	18.119.574	17.047.548	-5,92%
Parlamento Europeu	54.195	2.321	-95,72%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	1.927	5.487	184,72%
Deslocações em Território Nacional	69	530	666,11%
Deslocações ao Estrangeiro	653.693	844.738	29,23%
Grupos Parlamentares de Amizade	826	22.117	2577,58%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	217.231	167.786	-22,76%
Programa Parlamento Jovem	83.927	82.689	-1,48%
Sessão Solene de Tomada de Posse do Presidente da República	5.763	0	-100,00%
TOTAL DAS DESPESAS	30.475.239	28.661.437	-5,95%

Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2011 para 2012 (Quadro 7), as “Atividades Parlamentares”, em termos globais, registaram um **decrécimo de 5,95%**, variação influenciada pela execução orçamental das subatividades “Deputados” (variação absoluta

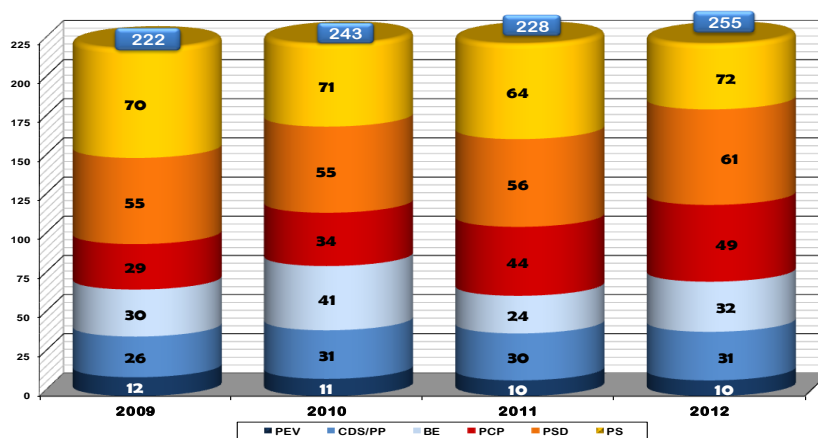
de €1.072.026, o que representa -5,92%) e "Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares" (variação absoluta de €645.181, representando -8,06%), derivada essencialmente da suspensão do pagamento dos vencimentos extraordinários / subsídio de férias e Natal, estabelecida pela Lei do OE2012, que se repercutiu também na execução das subactividades "Presidente da AR" (-67,11%), "Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários" (-9,62%) e "Gabinete de Apoio aos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários" (-18,93%).

Os acréscimos registados, sobretudo na subatividade "Deslocações ao estrangeiro" (29,23%), estão relacionados com a menor atividade ocorrida em 2011, face à interrupção dos trabalhos parlamentares aquando do fim da XI Legislatura.

2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução, nos últimos quatro anos, do número de funcionários por Grupo Parlamentar, à data de 31 de dezembro, é apresentada no Gráfico seguinte.

Gráfico 4 – PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR, para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares, no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares, tendo estas remunerações sido sujeitas às reduções remuneratórias estatuídas pelas Leis do OE (2011 e 2012), bem como à suspensão do pagamento dos subsídios de férias e Natal, em 2012.

Refira-se que **os encargos sociais acarretam um custo não incluído no plafond atribuído aos GP**, nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal (Segurança Social, CGA - desde 2008 - e ADSE - desde 2011), conforme valores que, de seguida, se apresentam,

tendo-se verificado uma redução do encargo de 2012, face ao de 2011, em virtude da suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, com a correspondente redução nas referidas contribuições:

Anos	Segurança Social (€)	Var%
2008	1.064.797,00	n.a.
2009	1.130.698,00	6,2%
2010	1.346.689,51	19,1%
2011	1.341.101,88	-0,4%
2012	1.200.820,18	-10,5%

2.2 Comissões Parlamentares

Em 2012, no decurso da **1ª Sessão Legislativa** e no início da **2ª sessão Legislativa da XII Legislatura**, funcionaram **12 comissões parlamentares permanentes**, a saber:

1ª - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
2ª - Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
3ª - Comissão de Defesa Nacional
4ª - Comissão de Assuntos Europeus
5ª - Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
6ª - Comissão de Economia e Obras Públicas
7ª - Comissão de Agricultura e Mar
8ª - Comissão de Educação, Ciência e Cultura
9ª - Comissão de Saúde
10ª - Comissão de Segurança Social e Trabalho
11ª - Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local
12ª - Comissão para a Ética, Cidadania e Comunicação

Durante o ano de 2012, funcionaram também **3 Comissões Eventuais**, a saber:

- Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal;
- Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios, SA;
- Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Setor Rodoviário e Ferroviário.



Prosseguindo na sua política de aproximação ao cidadão, foram concretizados, ao longo de 2012, relevantes eventos (23), destacando-se, entre outros, o da Política Externa e Diplomacia Económica no Quadro Geostratégico Global e o Seminário “Um ano de Programa de Assistência Financeira – Balanço e Perspetivas”, bem como diversas **audições públicas e visitas** (as Comissões, Subcomissões e Grupos de Trabalho participaram, em 2012, em 133 visitas externas e deslocações).

A par dos eventos, as Comissões concederam igualmente um apreciável número de audiências a entidades nacionais e estrangeiras, em muitos dos casos a comissões de parlamentos do espaço EU, conforme se constata no ponto 2.5.3 deste relatório.

2.3 Relações Parlamentares Internacionais

No domínio das Organizações Internacionais e Interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro, e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, cumpre salientar a eleição da Presidente da AR, Maria da Assunção Esteves, como Vice-presidente do Bureau da AP-UpM, em março de 2012. Este mandato prolongar-se-á até março de 2014 e a Assembleia da República assumirá a Presidência do Bureau desde essa data até março de 2015.

Refira-se também a participação da Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, na Conferência de Presidentes de Parlamentos da União Europeia, realizada em abril de 2012, onde foi oradora principal no tema por si proposto: “A Crise – que respostas dos Parlamentos Nacionais”.

Destaca-se ainda a participação do Vice-Presidente da AR, Deputado Ferro Rodrigues (PS), em representação da Presidente da AR, na Conferência Europeia de Presidentes de Parlamentos. Nesta missão oficial o Vice-Presidente foi acompanhado pelo Presidente da Delegação da AR ao Conselho da Europa, Deputado Mota Amaral (PSD). Paralelamente à Conferência decorreu a Reunião de Secretários-Gerais de Parlamentos.

De referir igualmente que, no âmbito do programa de atividades da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM), e em parceria com a AICEP Portugal Global, realizou-se na AR a 29 de junho, uma reunião do Painel sobre Comércio Externo e Investimentos no Mediterrâneo. Esta iniciativa da 2.ª Comissão Permanente da APM visou promover a cooperação económica, social e ambiental entre os países da região mediterrânica e teve como tema “Para um Desenvolvimento Económico Sustentável na Região Mediterrânica”.



A atividade das Delegações da AR, durante 2012, junto das organizações parlamentares internacionais teve resultados diretos no que se refere ao **exercício de cargos desempenhados por Deputados portugueses**. Assim:

- O Deputado Miranda Calha (PS) foi reeleito Vice-presidente da APNATO durante a 58ª Sessão, que decorreu em Praga, em novembro de 2012
- O Deputado Correia de Jesus (PSD) desempenhou o cargo de Vice-Presidente do Grupo Especial para o Mediterrâneo e Médio Oriente da APNATO
- O Deputado João Rebelo (CDS-PP) foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança e Defesa da APNATO
- O Deputado Vitalino Canas foi eleito Presidente da Subcomissão para a Governação Democrática(PS) da APNATO
- O Deputado José Lello (PS) foi reeleito Vice-Presidente da Comissão Política da APNATO
- O Deputado Miranda Calha (PS) foi reeleito Vice-Presidente da Comissão de Defesa e Segurança da APNATO
- A Deputada Luísa Salgueiro (PS) foi reeleita Vice-Presidente da Subcomissão para a Segurança Energética e Ambiental da APNATO
- O Deputado João Soares (PS) desempenhou o cargo de Presidente Emeritus da Assembleia Parlamentar da OSCE até julho de 2012. Durante 2012, continuou a exercer o cargo de Representante Especial desta Assembleia Parlamentar para a região do Cáucaso e foi nomeado para presidir à Subcomissão para o Regimento da APOSCE
- A Deputada Isabel Santos (PS) foi eleita Vice-Presidente da Comissão para a Democracia, Direitos Humanos e Assuntos Humanitários da APOSCE
- O mandato do Deputado Eduardo Cabrita (PS) no cargo de Presidente da Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, Intercâmbios Humanos e da Cultura da AP-UpM, terminou em março de 2012, a que sucedeu a eleição da AR para o Bureau desta assembleia parlamentar
- O Deputado Mota Amaral (PSD) foi eleito em outubro de 2011, e reeleito em 2012, Vice-Presidente da APCE
- O Deputado José Mendes Bota (PSD) foi eleito Vice-Presidente da Comissão de Igualdade e Não-Discriminação da APCE

Foram ainda designados na APCE:



- Membro da Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-membros do Conselho da Europa (Comissão de *Monitoring*) – Deputado João Bosco Mota Amaral (PSD)
- Representante de Portugal na Rede de Parlamentares de Referência, para a Campanha do Conselho da Europa contra a violência sexual relativa às crianças (Convenção de Lanzarote) - Deputada Maria de Belém Roseira (PS)
- Representante de Portugal na “Rede Parlamentar Mulheres Livres de Violência” para a promoção da Convenção do Conselho da Europa sobre a prevenção e luta contra a violência contra as mulheres e violência doméstica (Convenção de Istambul) - Deputado José Mendes Bota (PSD)

- A Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD), Presidente da Delegação à Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM), foi eleita Vice-Presidente da APM e Presidente da III Comissão - Diálogo entre Civilizações e Direitos Humanos

- A Deputada Rosa Maria Albernaz (PS) continuou a exercer o mandato de Presidente do Grupo de Facilitadores para a Questão do Chipre da União Interparlamentar (UIP)

A eleição de Deputados portugueses para os cargos acima identificados é o resultado de uma diplomacia parlamentar ativa e consolidada que contribui para a projeção da imagem do Parlamento português.

2.3.1. Das reuniões realizadas no âmbito da **União Interparlamentar (UIP)** destaca-se a participação da Delegação nas duas reuniões plenárias anuais, e respetivas Comissões Permanentes:

- 126ª Assembleia da UIP, em Kampala (Uganda), de 31 de março a 5 de abril, tendo sido aprovadas resoluções sobre promoção e boa governação como forma de atingir a paz e a segurança; redistribuição de poder e de riqueza; acesso à saúde como um direito básico; e situação na Síria.
- 127ª Assembleia, na cidade do Québec (Canadá), de 21 a 26 de outubro, onde foi aprovada a Declaração do Québec e uma resolução de urgência sobre a situação no Mali.

As deslocações feitas no âmbito da UIP foram distribuídas da seguinte forma:

Quadro 8 – Reuniões (UIP)

Reuniões (UIP)	N.º Deputados
Reunião conjunta UIP/ONU com o tema "Promover a independência das mulheres rurais: o papel dos parlamentos"	2
Reunião do Auditor Interno da UIP	1
126ª Assembleia da UIP	5
Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	2
10º Seminário de Oxford para Parlamentares	2
67ª Sessão de Abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas	2
127ª Assembleia da UIP	7
Workshop sobre Direitos Humanos e Audição Parlamentar sobre OMC	1
Audição Parlamentar 2012 da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas	2

De referir que, em paralelo às Assembleias da UIP, decorreram as reuniões da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos (ASG-UIP), de que é membro o Secretário-Geral da Assembleia da República.

2.3.2. No âmbito da atividade da **Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP)**, destaca-se a Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais e preparatória da IV Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), que teve lugar nos dias 8 e 9 de maio de 2012, na Assembleia da República.

Para além da delegação portuguesa, representada pelo Presidente e Vice-Presidente, respetivamente Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD) e Deputado Miguel Coelho (PS), participaram representantes da Assembleia Nacional de Angola, da Câmara de Deputados do Brasil, da Assembleia Nacional de Cabo Verde, da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, da Assembleia da República de Moçambique, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe e do Parlamento Nacional de Timor-Leste.

As deslocações da Delegação Parlamentar à AP-CPLP distribuíram-se da seguinte forma:

Quadro 9 – Reuniões (AP-CPLP)

Reuniões (AP-CPLP)	N.º Deputados
Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais e preparatória da IV Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)	2*
Missão De Observação Eleitoral da AP-CPLP às Eleições Gerais na	2

Reuniões (AP-CPLP)	N.º Deputados
República de Angola - 31 agosto de 2012	
Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas da Assembleia Nacional de Cabo Verde, em parceria com o Projeto de Apoio aos Ciclos Eleitorais nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste (Pro-PALOP/TL) e a ONU Mulher de Cabo Verde	1

*Deputados da Assembleia da República de Portugal

2.3.3. No âmbito da **Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)** e no decurso do ano de 2012, destacaram-se a Sessão da Primavera (Tallin) e a Sessão Anual (Praga) e, como já referido, as diversas eleições de Deputados portugueses para cargos desta Assembleia Parlamentar.

As deslocações da Delegação Parlamentar Portuguesa à APNATO distribuíram-se da seguinte forma:

Quadro 10 – Reuniões (APNATO)

Reuniões (APNATO)	N.º Deputados
58ª. Sessão Anual ² (Praga)	7
Sessão da Primavera (Tallin)	7
Comissão Permanente	3
Reuniões de fevereiro	3
Subcomissão para as Parcerias da NATO (PCNP)	2
Subcomissão para as Relações Transatlânticas (PCTR)	1
Comissão para Dimensão Civil da Segurança (CDS)	2
Subcomissão para a Governação Democrática (CDSDG)	1
Comissão de Defesa e Segurança (DSC)	2
Subcomissão para a Cooperação Transatlântica em matéria de Segurança e Defesa (DSCTC)	2
Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança e Defesa (DSCFC)	2
Comissão de Economia e Segurança (ESC)	1
Subcomissão para as Relações Económicas Transatlânticas (ESCTER)	1
Subcomissão para a Cooperação e Convergência Económica Leste-Oeste (ESCEW)	1
Comissão para a Ciência e Tecnologia (STC)	1

²Inclui reuniões de comissões, subcomissões e grupos políticos não contempladas nos outros pontos

Reuniões (APNATO)	N.º Deputados
Subcomissão para a Segurança Energética e Ambiental (STCEES)	2
Grupo Especial do Mediterrâneo e Médio Oriente (GSM)	9
Seminários Rose-Roth	7
Missões de Observação Eleitoral	3
Reunião Conjunta com o Parlamento Europeu	1
Fórum Parlamentar Transatlântico	3

2.3.4. No âmbito da **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)**, destacam-se as quatro sessões plenárias, realizadas em Estrasburgo, bem como a participação nas diversas reuniões de comissões e grupos de trabalho.

As deslocações para participação nos trabalhos distribuem-se do seguinte modo:

Quadro 11 – Reuniões (APCE)

Reuniões (APCE)	Nº Deputados
1ª Parte da Sessão Ordinária de 2012 (Plenária) (janeiro-Estrasburgo) ³	6
2ª Parte da Sessão Ordinária de 2012 (Plenária) (abril-Estrasburgo) ³	4
3ª Parte da Sessão Ordinária de 2012 (Plenária) (junho-Estrasburgo) ³	6
4ª Parte da Sessão Ordinária de 2012 (Plenária) (outubro-Estrasburgo) ³	4
Comissão Permanente e Bureau (maio – Tirana)	1
Comissão Permanente e Bureau (novembro-Andorra a Velha)	1
Bureau (setembro-Nice)	1
Bureau (dezembro-Paris)	1
Comissão da Cultura, Ciência, Educação e Media e Subcomissão de Cultura, Diversidade e Património (março-Paris)	1
Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-Membros do Conselho da Europa - Subcomissão sobre o Médio Oriente - Comissão dos Assuntos Políticos e Democracia (março-Paris)	1
Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-Membros do Conselho da Europa e Comissão dos Assuntos Políticos e Democracia (maio-Paris)	1

³ Inclui reuniões de Comissões, Subcomissões, Comité Misto, Grupos Políticos e Redes de Parlamentares de Referência não contempladas nos outros pontos.

Reuniões (APCE)	Nº Deputados
Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-Membros do Conselho da Europa e Comissão dos Assuntos Políticos e Democracia (novembro-Paris)	1
Comissão dos Assuntos Políticos e Democracia (setembro-Helsínquia)	1
Conferência sobre “Direitos Humanos e Política Externa” e Comissão dos Assuntos Políticos e Democracia (dezembro-Turim)	1
Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável e Subcomissão do Prémio da Europa (março-Berlim)	1
Subcomissão do Prémio da Europa da Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável (julho-Sighisoara-Roménia)	1
Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável e Subcomissão dos Direitos Económicos e Sociais (março-Paris)	1
Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável (setembro-Paris)	1
Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável e Rede de Parlamentares de Referência contra a violência sexual relativa às crianças (novembro-Moscovo)	1
Comissão de Assuntos Jurídicos e Direitos do Homem (setembro-Paris)	1
Comissão das Migrações, Refugiados e Deslocados Internos (março-Bruxelas)	1
Comissão das Migrações, Refugiados e Deslocados Internos (setembro-Paris)	1
Comissão das Migrações, Refugiados e Deslocados Internos (novembro-Genebra)	1
Comissão da Igualdade e Não-Discriminação e Rede de Parlamentares “Mulheres Livres da Violência” (setembro-Tirana)	1
Mesa Redonda sobre “Quotas por sexo” organizada pelo PNUD em parceria com o Conselho da Igualdade de Género e a Comissão Eleitoral central da Geórgia (junho-Tbilissi)	1
Conferência “A abordagem do Género no Desenvolvimento da Mulher no Mediterrâneo” (julho-Tetouan)	1
Conferência Regional sobre a Prevenção e Luta contra a Violência contra as Mulheres (setembro-Rabat)	1
Seminário Estratégico do Lobby Europeu das Mulheres sobre “Violência contra as Mulheres” (outubro-Bruxelas)	1

Reuniões (APCE)	Nº Deputados
14ª Conferência Wave: “Stop Violence Against Women: Whose voices? Whose needs? Whose decisions?” (outubro-Londres)	1
Conferência: “The political and socio-economical employment of women based on women’s stories” (novembro-Istambul)	1
Comité da Igualdade de Género do Conselho da Europa (intergovernamental) (novembro-Estrasburgo)	1
Sessão Temática sobre Violência contra as Mulheres (novembro-Sarajevo)	1
Seminário sobre a Convenção de Istambul (dezembro-Bruxelas)	1
Seminar on Controls exerted by Parliaments on Government action” (novembro-Rabat)	1
Forum Mundial da Democracia (outubro-Estrasburgo)	2

Dez destas deslocações não tiveram encargos com alojamento e transporte para a Assembleia da República devido ao facto de os Deputados da AR representarem a APCE nas mesmas.

2.3.5. No âmbito da **Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM)**, realizou-se em Rabat, a 24 e 25 de março, a 8ª Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (Reunião Plenária). Para além da sessão plenária reuniram as Comissões Permanentes: Comissão Política; Comissão Económica; Comissão da Cultura; Comissão dos Direitos da Mulher e Comissão *ad hoc* de Energia e Ambiente. Portugal manteve a Presidência da Comissão da Cultura até à Plenária de Rabat. Na mesma reunião, a Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, foi eleita Vice-presidente do Bureau da AP-UpM.

As deslocações efetuadas no âmbito da Delegação Parlamentar Portuguesa à AP-UpM distribuíram-se da seguinte forma:

Quadro 12 – Reuniões (AP-UpM)

Reuniões (AP-UpM)	Nº Deputados
<i>Bureau</i> da AP-UpM	2
<i>Bureau</i> alargado aos Presidentes das Comissões da AP-UpM	2
8ª Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (Rabat)	2
Comissão para Promoção Qualidade de Vida, dos Intercâmbios humanos e da Cultura	1
Comissão Política, de Segurança e dos Direitos Humanos	
Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros, Assuntos Sociais e Educação	1
Comissão para a Energia, Ambiente e Água	2

Reuniões (AP-UpM)	Nº Deputados
Comissão dos Direitos das Mulheres	2
Grupo de Trabalho para a EMUNI (Universidade Euro-mediterrânica)	2
Grupo de Trabalho sobre Orçamento e Finanças	1

2.3.6. No contexto da **Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa** (APOSCE), o tema escolhido para a 21ª Sessão Anual Plenária foi “A OSCE: uma região em mudança”. Além desta sessão Plenária destaque-se a Sessão de Inverno (Viena) e a participação em missões de observação eleitoral.

No âmbito da Assembleia Parlamentar da OSCE, as deslocações encontram-se distribuídas da seguinte forma:

Quadro 13 – Reuniões (APOSCE)

Reuniões (APOSCE)	Nº Deputados
Missão de Observação das Eleições Legislativas no Cazaquistão - Astana	2
Visita à Irlanda – Dublin	1
11ª Sessão de Inverno – Viena	6
Bureau – Copenhaga	1
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Arménia – Yerevan	2
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Sérvia - Belgrado	2
Conferência Económica - Batumi	2
21ª Sessão Anual Plenária - Mónaco	5
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Bielorrússia – Minsk	2
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Geórgia – Tbilissi	2
Reuniões de Outono - Tirana	3
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Ucrânia – Kiev	2
Missão de Observação das Eleições Presidenciais nos EUA – Washington	2
Bureau e Conselho Ministerial da OSCE – Dublin	2
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Roménia - Bucareste	1

De referir também que, no âmbito do programa de atividades da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM), e em parceria com a AICEP Portugal Global, realizou-se na Assembleia da República a 29 de junho, uma reunião do Painel sobre Comércio Externo e Investimentos no Mediterrâneo. Esta iniciativa da 2.ª Comissão Permanente da APM visou promover a

cooperação económica, social e ambiental entre os países da região mediterrânica e teve como tema “Para um Desenvolvimento Económico Sustentável na Região Mediterrânica”.

No âmbito da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, as deslocações encontram-se distribuídas da seguinte forma:

Quadro 14 – Reuniões (APM)

Reuniões (APM)	Nº Deputados
Bureau – Amã	1
Comissões Permanentes e Grupos Especiais de Trabalho - Ancara	4
Painel sobre Comércio e Investimentos no Mediterrâneo - Lisboa	5
Comissão sobre Cooperação Económica, Social e Ambiental - Ouarzazate	3
7ª Sessão Plenária – Malta	5
Conferência "The Political and Socio-Economical Empowerment of women based on Women's Stories" - Istambul	1
Assembleia-Geral do MEDREG - Lisboa	1
Fórum de Lisboa 2012 - Lisboa	1

2.3.8. O VIII Fórum Parlamentar Ibero-americano (FPIA), realizou-se na cidade de Cádiz, Espanha, em outubro de 2012, tendo a Delegação portuguesa sido chefiada pela Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, que presidiu à Mesa nº 4.

Quadro 14-A – Reuniões (FPIA)

Reuniões (FPIA)	Nº Deputados
VIII Fórum Parlamentar Ibero-americano (FPIA) - Cádiz	5

2.3.9. No âmbito das deslocações ao estrangeiro realizadas pela **Presidente da Assembleia da República** durante o ano de 2012, destacam-se as seguintes:

- Conferência de Presidentes dos Parlamentos da União Europeia - Varsóvia, Polónia, em abril;
- VIII Fórum Parlamentar Ibero-Americano, Cádiz, Espanha, em outubro.
- Reuniões do Bureau e Bureau Alargado da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UPM), Bruxelas, Bélgica, em novembro.

O Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado Eduardo Ferro Rodrigues (PS), representou a Presidente da AR na Conferência Europeia de Presidentes de Parlamentos do Conselho da Europa, que decorreu em setembro, em Estrasburgo, França.

2.3.10. Neste capítulo estão englobadas **todas as deslocações não integradas nas delegações parlamentares permanentes anteriormente referidas**. Contabiliza-se um total de 148 deslocações (61 sem despesas de transporte e alojamento), entre Deputados e funcionários, das quais se destacam:

Quadro 15 – OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS

Outras Deslocações Diversas	Participantes
<i>Good Practice Exchange In Combatting Human Trafficking</i> (Haia)	1
Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus com vista à Preparação da XLVII COSAC (Copenhaga)	2
Conferência Anual da EDA (<i>European Defence Agency</i>) sobre <i>Refocusing Defense European perspective in a time of financial challenge</i> (Bruxelas)	1
Reunião com a Vice-Presidente da Comissão Europeia, Senhora Viviane Reding (Bruxelas)	1
Conferência Internacional “ <i>Upbringing of Educated and intellectuality advanced generation as the Most important condition of sustainable development and modernization of the country</i> ” (Tashkent)	1
Reunião interparlamentar da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários da Comissão dos Orçamentos e da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (Bruxelas)	3
Seminário sobre “ <i>The relationship between National Human rights Institutions and Parliaments</i> ” (Belgrado)	1
Reunião interparlamentar da Comissão dos Direitos da mulher e da Igualdade de Géneros – <i>Equal Pay for Work of Equal Value</i> (Bruxelas)	3
Conferência “ <i>L’Europe se conjugue au féminin</i> ” (Toulouse)	1
Conferência dos Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Parlamentos Nacionais dos Estados Membros da União Europeia, COFACC (Copenhaga)	1
Visita de Estudo sobre Saúde Reprodutiva, Planeamento Familiar e Desenvolvimento Sustentável (Bangladeche)	1
Conferência de Presidentes de Comissões dos Assuntos Financeiros e Fiscais (Copenhaga)	1
Reunião Interparlamentar “Preparação da Conferência Rio+20 Summit” (Bruxelas)	1
2ª. Conferência de Alto Nível sobre o Quadro Financeiro Plurianual (Bruxelas)	4
Reunião Interparlamentar de Presidentes de Comissões sobre alterações climáticas, energia, construção e transportes (Copenhaga)	2
Conferências em meios políticos e académicos e Workhops para os <i>media</i> a convite da <i>Democracy Reporting International</i> (Cairo)	1
Conferência Interparlamentar “ <i>Re-launching the single market. A strategy for economic growth</i> ”	1

Outras Deslocações Diversas	Participantes
<i>and employment in Europe</i> ” (Copenhaga)	
<i>Seminar Parliamentarians Against Human Trafficking “National Referral Mechanism”</i> (Varsóvia)	1
Conferência de Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros, Crescimento & Comércio e Trabalho (Copenhaga)	1
Reunião informal sobre a futura revisão da base jurídica da Europol (Bruxelas)	1
XLVII COSAC (Copenhaga)	6
Reunião subordinada ao tema <i>“European Diabetes Leadership Forum”</i> (Copenhaga)	1
Conferência sobre <i>“Ozone Depletion, UV Exposure and Skin Cancer”</i> (Copenhaga)	1
Conferência interparlamentar do Espaço (Barcelona)	1
Reunião de Presidentes das Comissões de Ambiente e Negócios Estrangeiros (Copenhaga)	2
Inauguração das Instalações da Bial (Bilbao)	2
Conferência de Presidentes das Comissões de Agricultura e Ambiente sobre <i>“Reforma Agrícola Comum”</i> (Copenhaga)	2
101ª. Conferência da OIT (Genebra)	4
1ª. Cimeira Mundial de Legisladores (Rio de Janeiro)	1
Conferência EURORES <i>Members of National Parliaments: Key drivers for renewable energy and energy efficiency</i> (Bruxelas)	1
Membro do <i>Memorial Marshall Fellowships</i> (EUA)	1
Reunião Interparlamentar sobre a reforma da política agrícola comum (Bruxelas)	1
<i>The 2012 International Youth and Study Tour to the Republic of China</i> (Taiwan)	1
Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus com vista à Preparação da XLVIII COSAC (Larnaca)	2
Conferência <i>L’approche genre dans le développement de la femme en Méditerranée</i> (Tétouan)	1
XXII Fórum (Krynica)	2
Conferência Internacional <i>Chairman’s</i> (Jerusalém)	1
Conferência Interparlamentar para a PESC e a PCSD (Pahos)	6
Conferência de Alto Nível sobre Emprego (Bruxelas)	1
10ª. Conferência de Verão (Brest)	1
Conferência <i>World E-parliament</i> (Roma)	1
Reunião da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (Bruxelas)	3
Seminário sobre <i>Constitutional Reform in Times of Democratic Transition</i> (Ankara)	1
Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares de Justiça e Assuntos Internos (Nicósia)	1
<i>High-Level Parliamentary Seminar</i> OCDE (Paris)	1
<i>Annual meeting of the young members network of the EPP Group</i> (Varese)	1
Visita ao Parlamento Europeu a convite da Presidente da delegação portuguesa do PS (Bruxelas)	2

Outras Deslocações Diversas	Participantes
Reunião sobre Igualdade de Género (Bruxelas)	1
7º. Encontro da Associação Parlamentar Ásia Europa (Vientiane)	1
Jogos Parlamentares Internacionais (Moscou)	1
Reunião Interparlamentar sobre “O novo Regime de Proteção de Dados da EU” (Bruxelas)	1
Reunião Interparlamentar subordinada ao tema “Rumo a um quadro estratégico e contratos de parceria no contexto da política de coesão 2014/2020” (Bruxelas)	2
XLVIII COSAC (Larnaca)	7
Seminário sobre o reforço e implementação das Instituições Nacionais de Direitos Humanos nos Países de Língua Oficial Portuguesa (Praia)	1
<i>Workshop</i> regional “Como é que os parlamentares podem contribuir melhor para efetivar a despoluição do Mediterrâneo” (Atenas)	1
Conferência <i>Parliamentarians against human trafficking</i> (Londres)	1
Deslocação no âmbito das relações de amizade entre Portugal-Taiwan (Taiwan)	1
Congresso do Partido Socialista Francês (Toulouse)	1
Reunião dos Presidentes das Comissões de Agricultura (Nicósia)	1
Conferência EUFORES “12th Parliamentary Meeting on Renewable Energy and Energy Efficiency” (Atenas)	2
Reunião organizada pela Comissão de Assuntos Europeus do Folketinget dinamarquês sobre “Future role of National Parliaments” (Copenhaga)	1
Conferência dos Presidentes de Comissões dos Direitos do Homem (Nicósia)	1
Conferência “Justice in austerity - challenges and opportunities for access to justice” (Bruxelas)	2
Seminário “40 under 40” (<i>think thanks Europeanova e Friends of Europe</i>) (Berlim)	1
4 th <i>Europe – USA Forum</i> (Washington)	1
Reunião da Assembleia Consultiva de Parlamentares para o Tribunal Penal Internacional e do Estado de Direito (Roma)	1
Conferência “Direitos Humanos e Política Externa” (Turim)	1
Participação como Palestrante na Conferência Anual de Diplomacia 2012 do Instituto para Diplomacia Cultural (Berlim)	3
Debate “Grandes Infraestruturas de transporte, organização territorial e competitividade regional” (Maputo e Nampula)	2
Conferência dos Direitos Fundamentais (Bruxelas)	1
Participação 9 th <i>Meeting of the Competent Authorities Tissues and Cells</i> (Bruxelas)	1
Participação 10 th <i>Meeting of the Competent Authorities Tissues and Cells</i> (Bruxelas)	1
Encontro de Secretários-Gerais dos Parlamentos da União Europeia (Varsóvia)	2
Reunião do Serviço de Apoio Central do IPEX e Reunião do Conselho IPEX (Alemanha)	1
Twinning Project – Apoio a Assembleia do Kosovo – convite da Assembleia Nacional da Hungria (Pristina)	1

Outras Deslocações Diversas	Participantes
Twinning Project – Apoio a Assembleia do Kosovo – convite da Assembleia Nacional da Hungria (Pristina)	1
OCDE – 4ª. Reunião anual dos <i>Parliamentary Budget Officials</i> (Paris)	1
Conferência sobre <i>Parliaments in the European Union after Lisbon</i> (Maastricht)	1
Reunião do Serviço de Apoio central do IPEX (Copenhaga)	1
10ª Edição do Curso para Assessores Parlamentares (Madrid)	2
Orador no 10º Curso de Assessores Parlamentares do Congresso dos Deputados de Espanha (Madrid)	1
Twinning Project – Apoio a Assembleia do Kosovo – convite da Assembleia Nacional da Hungria (Pristina)	1
Twinning Project – Apoio a Assembleia do Kosovo – convite da Assembleia Nacional da Hungria (Pristina)	1
Twinning Project – Apoio a Assembleia do Kosovo – convite da Assembleia Nacional da Hungria (Pristina)	1
Twinning Project – Apoio a Assembleia do Kosovo – convite da Assembleia Nacional da Hungria (Pristina)	1
Seminário <i>Parliaments on the Net X – Mobility, Transparency and open parliament: best practices in Parliamentary web sites</i> (Madrid)	1
Seminário <i>The European and Financial Crisis and Role of the Parliament</i> (Roma)	1
Reunião do Serviço de Apoio central do IPEX e Reunião do Conselho IPEX (Berlim)	1
Twinning Project – Apoio a Assembleia do Kosovo – convite da Assembleia Nacional da Hungria (Pristina)	1
Seminário <i>Parliamentary Control of the Government in the Legislative Process</i> (Berlim)	1
Reunião do Serviço de Apoio central do IPEX (Roma)	1
Seminário sobre avaliação do impacto legislativo no EIPA (Maastricht)	1
VI Cimeira de terminologia da Associação europeia de Terminologia (Oslo)	1
Conferencia de Correspondentes do CERDP (Atenas)	1
Reunião no Comité das Regiões da União Europeia (Bruxelas)	1
Representação dos Correspondentes IPEX (Haia)	1
Programa de Apoio ao Congresso Nacional Líbio	1
Twinning Project – apoio à Assembleia da Albânia (Tirana)	1
Participação do CNPMA no <i>Vigilance and Surveillance Training Course</i> (Roma)	1
Participação na Reunião do Conselho IPEX (Bruxelas)	1
Twinning Project – apoio aos Parlamentos do Kosovo e da Albânia (Pristina)	2
Twinning Project – apoio à Assembleia da Albânia (Tirana)	1
Reunião de Secretários de delegações da APCE (Paris)	1

Constam do Quadro nº 16 alguns indicadores relativos à globalidade das despesas com deslocações ao estrangeiro (viagens e estadas), cuja contabilização se encontra distribuída por várias subactividades ("Comissões Parlamentares"; "Deslocações ao estrangeiro", "Serviços da AR" e "Cooperação"):

Quadro 16 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

Unidade: Euro

	2009	2010	2011	2012
N.º de deslocações	475	448	311	453
Despesa assumida	1.787.402	1.015.754	758.228	902.862
Despesa/deslocação	3.763	2.267	2.438	1.993

Importa referir que as despesas com deslocações ao estrangeiro, que incluem transportes e alojamentos, refletem um aumento de 45,66% no número de viagens de 2011 (311) para 2012 (453), derivado sobretudo da interrupção dos trabalhos parlamentares que ocorreu em 2011, a que está associado um aumento de 19,08% nas despesas inerentes.

2.4. Grupos Parlamentares de Amizade

No ano de 2012 funcionaram 45 Grupos Parlamentares de Amizade (GPA), no âmbito bilateral, e 1 Grupo Parlamentares de Amizade multilateral. Das diversas iniciativas desenvolvidas salientam-se as seguintes:

- Em junho uma delegação do GPA Portugal-Andorra, constituída pelo Presidente do GPA, Deputado Mário Simões (PSD), e pelo Deputado Luís Pedro Pimentel (PSD), deslocou-se a Andorra. Esta Missão incluiu contactos com a comunidade portuguesa em Andorra, por ocasião das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e uma visita ao Parlamento de Andorra.
- Uma delegação do GPA Portugal-Bulgária, presidida pela Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes (PS), Presidente do Grupo, realizou, a convite do Parlamento Búlgaro, uma visita oficial à Bulgária, tendo tido diversos encontros oficiais quer em Sófia, quer em outras cidades. Foi transmitido ao Grupo homólogo um convite para uma visita a Portugal em 2013.
- Os membros do GPA Portugal-Israel participaram numa visita a Auschwitz (27 de janeiro), por ocasião do Dia da Memória do Holocausto. De 20 a 24 de Maio uma delegação deste GPA visitou Israel, tendo contactado com as autoridades locais, partidos políticos e organizações da sociedade civil.
- Em setembro, o Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Japão, Deputado Miguel Frasquilho (PSD) visitou Tóquio a convite do GPA Japão-Portugal.

De 09 a 10 de outubro, uma Delegação de Deputados do GPA Portugal-Tunísia, presidida pelo Deputado Alberto Costa (PS) visitou a Assembleia Nacional Constituinte da Tunísia (ANC). O programa da visita compreendeu reuniões de trabalho com Deputados da ANC, uma audiência com o Presidente da ANC, a participação em debates com personalidades do meio político e da sociedade civil e vários contactos com empresários e jornalistas. Foram abordadas várias temáticas, tais como o sistema eleitoral, o tipo de regime político, o estatuto da mulher, a islamização e o laicismo. Ficou patente a intenção de ser constituída uma associação parlamentar de amizade Tunísia-Portugal.

Os Deputados Luísa Salgueiro (PS), Maria Antónia de Almeida Santos (PS), Maria Manuela Tender (PSD), Ricardo Baptista Leite (PSD) e Teresa Anjinho (CDS-PP) participaram na visita de estudo a Cabo Verde, promovida pelo GPPSPD, em parceria com Fórum Parlamentar Intereuropeu Sobre População e Desenvolvimento (EPF), a Associação para o Planeamento da Família e a VerdeFam, entre 27 de janeiro e 3 de fevereiro;

Das atividades destes Grupos resultou, no ano de 2012, um conjunto de 206 reuniões.

Evolução dos Grupos Parlamentares de Amizade	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de Grupos existentes	30	33	41	41	46
Nº de Reuniões realizadas	73	29	128	42	206

2.5 Cerimónias, Receção de Delegações e de Entidades Oficiais e outras Reuniões

No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares, pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

2.5.1. No plano das **relações internacionais multilaterais**, destacam-se as seguintes reuniões:

- Cerimónia de entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa;
- Reunião da Comissão da AP-UpM (Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo) para a "Promoção da Qualidade de Vida e Intercâmbios Humanos e da Cultura";
- Reuniões com a Troika – Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional;

- Reunião da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM);
- IV Reunião Preparatória da Assembleia Parlamentar das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa;
- Conferência Internacional sobre "Violência contra as Mulheres e a Convenção de Istambul", iniciativa da Subcomissão para a Igualdade e a Rede Parlamentar de Mulheres da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

2.5.2. No plano das **relações internacionais bilaterais**, salientam-se as seguintes visitas oficiais, cerimónias e reuniões:

- Visita oficial do Presidente do Bundestag da República Federal da Alemanha;
- Visita do Presidente e Delegação da Assembleia do Kosovo;
- Visita do Vice-Presidente e Delegação da Assembleia Consultiva da República da Indonésia;
- Visita do Vice-Presidente do Parlamento e Delegação da Suécia;
- Visita do Vice-Presidente do Parlamento da República da Bulgária;
- Visita do Vice-Presidente da Conferência Consultiva da República Popular Nacional da China;
- Visita de estudo de Membros da Mesa do Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste;
- II Encontro Parlamentar Luso Espanhol, no Porto;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente do Bundestag da República Federal da Alemanha;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República da Sérvia;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República da Áustria;
- Cerimónia de Boas-Vindas aos Príncipes das Astúrias;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República de Cabo Verde;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República de São Tomé e Príncipe;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República da Colômbia;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República do Peru;

Relativamente às **audiências da Presidente da Assembleia da República destacam-se as seguintes:**

- Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores e Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia Legislativa dos Açores
- Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič
- Presidente do Tribunal de Contas Europeu, Vítor Caldeira
- Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia

- Chefes da Missão da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional
- Comissário Europeu Olli Rehn
- Vice-Presidente da Comissão Europeia, Viviane Reding, Comissária Europeia da Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania
- Vice-Presidente da República da Bulgária, Margarita Popova
- Delegações do Comité Olímpico e Paralímpico por ocasião dos Jogos Londres 2012

2.5.3. No plano nacional, destacam-se as seguintes **iniciativas**:

- Colóquio "PMA: Presente e Futuro". Questões Emergentes em PMA nos Contextos Científico, Ético e Legal da iniciativa do Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida
- Audição parlamentar anual sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia 2012 da iniciativa da Comissão de Assuntos Europeus
- Audição sobre a Apresentação das prioridades da Presidência Dinamarquesa do Conselho da União Europeia de iniciativa da Comissão de Assuntos Europeus
- Audição Parlamentar sobre Reorganização Curricular da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
- Colóquio "Política externa e diplomacia económica no quadro geoestratégico global" da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Colóquio "Televisão Digital Terrestre" da iniciativa da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação
- Colóquio de Serviço Público da Rádio, da iniciativa da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação
- Audição parlamentar sobre a "Educação Especial" da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
- Seminário sobre a reforma da política comum de pescas da iniciativa da Comissão de Agricultura e Mar
- Conferência Parlamentar "Autonomia e inovação curricular: Olhares diferenciados" da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
- Colóquio "Serviço Público de Comunicação Social de Portugal para o Mundo", da iniciativa da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação
- Seminário "Direitos Humanos, População e Desenvolvimento", da iniciativa do Grupo Parlamentar Português para a População e Desenvolvimento
- "Café Ciência" da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Audição parlamentar sobre a “Política de ação social escolar para o Ensino Superior”, da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
- Audição Pública sobre carreiras e financiamento do sistema científico e tecnológico nacional e missões dos laboratórios do Estado, da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
- Seminário “Um ano de programa de assistência financeira – balanço e perspetivas”, da iniciativa da Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira
- Conferência Parlamentar sobre “Alto rendimento desportivo - Projeto olímpico e paralímpico”, iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
- Conferência sobre “Princípios e direitos fundamentais no trabalho do compromisso à ação” da iniciativa da Comissão de Segurança Social e Trabalho e da OIT-Lisboa;
- Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, no âmbito da “Comemoração do Dia Internacional do Mar”
- Seminário sobre a Organização Comum do Mercado (COM) do Açúcar, iniciativa da Comissão de Agricultura e Mar
- IV Encontro de Quadros Parlamentares de Portugal
- Café Ciência sobre “Investigação fundamental e investigação aplicada: contributos do bosão de Higgs”, iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
- Lançamento Mundial do Relatório sobre Situação da População Mundial 2012, iniciativa do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento

Paralelamente, foram ainda organizadas e acompanhadas as seguintes cerimónias comemorativas e de homenagem:

- Cantares da Janeiras – Orfeão de Barrô – Águeda – Aveiro
- Homenagem a Passos Manuel
- Cerimónias Comemorativas:
 - XXXVIII Aniversário do 25 de Abril;
 - Dia Nacional dos Direitos Humanos - Entrega do Prémio Direitos Humanos - e da Medalha Comemorativa do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
 - Evocação do Dia de Memória do Holocausto;

- Dia Nacional do Doente com Artrite Reumatoide, iniciativa da Sociedade Portuguesa de Reumatologia;
- Homenagem a José Afonso sob o título: Cantar Zeca Afonso;
- Dia Internacional das Cooperativas da iniciativa da Comissão de Segurança Social e do Trabalho e da Cooperativa António Sérgio;
- Dia Internacional Nelson Mandela – o tributo da Assembleia da República;
- Dia Internacional das Pessoas Idosas, com a participação da Comissão de Segurança Social e Trabalho e da Comissão de Saúde;
- Inauguração do quadro do Antigo Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama
- Cerimónia de Homenagem a Manuel de Oliveira
- Concerto de Abertura da 2ª. Sessão Legislativa da XII Legislatura, com a atuação do Coro da Assembleia da República e da Orquestra de Câmara da GNR

2.6 Outros Encargos Parlamentares

A subatividade "Outros Encargos Parlamentares", no OAR2012, engloba apenas os montantes de despesa relativos às **quotizações de organizações internacionais**, representando 0,34% dos encargos globais assumidos, (cf. Quadro 4).

Os encargos assumidos em 2012 nesta subatividade, num total de €186.732,81, apresentam um crescimento de 2,07% relativamente ao ano anterior (€3.792,59), refletindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, nos seguintes termos:

Quadro 17 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Unidade: Euro

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	2011	2012	Var%
UIP	77.660,82	70.609,74	-9,08%
UIP – Grupo Doze Mais	602,54	596,00	-1,09%
APCE	0,00	10.000,00	n.a.
APNATO	33.289,00	35.128,00	5,52%
APOSCE	27.989,00	27.989,00	0,00%
ASG UIP	389,86	415,35	6,54%
APM	37.700,00	37.700,00	0,00%
Contrib. anual IPEX	1.804,00	1.803,92	0,00%
Secretariado COSAC	2.358,00	2.340,80	-0,73%
Várias	1.147,00	150,00	-86,92%
Total	182.940,22	186.732,81	2,07%

3. Atividades de Apoio

De acordo com o Quadro 4 supra, as “Atividades de Apoio” corresponderam, em 2012, a 42,82% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se a subatividade “**Serviços da Assembleia da República**” como a mais representativa na estrutura de despesa, com 56,55% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respetivo agrupamento (Quadro 18).

Quadro 18 – ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	OAR2012	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Serviços da Assembleia da República	14.538.065	13.144.388	90,41%	56,55%
Gabinete do Secretário-Geral	583.585	510.316	87,45%	2,20%
Formação	195.100	121.774	62,42%	0,52%
Ação Social	716.918	280.978	39,19%	1,21%
Despesas de Funcionamento	11.419.014	9.064.042	79,38%	39,00%
Gabinete Médico	125.223	120.600	96,31%	0,52%
TOTAL	27.577.905	23.242.098	84,28%	100,00%

O decréscimo de 15,31% dos encargos assumidos com as “Atividades de Apoio” (Quadro 19) reflete as reduções de encargos ao nível das subatividades “Serviços da AR” (-18,21%) e “Despesas de Funcionamento” (-6,13%), em resultado, quer das reduções remuneratórias e contratuais, e da suspensão do pagamento dos subsídios de férias e Natal, determinados pela Lei do OE2012, quer da continuada redução do número de funcionários parlamentares, quer ainda das medidas de contenção definidas internamente pela AR.

Quadro 19 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	Encargos Assumidos		Var%
	2011	2012	
Serviços da Assembleia da República	16.071.346	13.144.388	-18,21%
Gabinete do Secretário-Geral	530.534	510.316	-3,81%
Formação	180.528	121.774	-32,55%
Ação Social	880.274	280.978	-68,08%
Despesas de Funcionamento	9.656.238	9.064.042	-6,13%
Gabinete Médico	125.964	120.600	-4,26%
TOTAL	27.444.884	23.242.098	-15,31%

3.1 Gestão das Atividades de Apoio

No ano de 2012, a gestão das várias “Atividades de Apoio” continuou a pautar-se por objetivos direcionados: a uma contínua racionalização de recursos, à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, ao melhoramento das condições de trabalho e das instalações, à abertura

do Parlamento ao cidadão, à conservação do património imobiliário da AR e ainda à adoção de medidas com vista à melhoria ambiental.

3.1.1. No que se refere à **racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão**, merece ser assinalado, **com vista à redução de custos obtida na contratualização de aquisições de bens e serviços**:

- **A adoção de uma solução de comunicação unificada para a AR – Contratação de serviços de voz e de dados** - que permite à AR, não apenas reduzir os seus custos financeiros, mas também reduzir e simplificar as tarefas administrativas decorrentes do tratamento e acompanhamento da execução dos contratos. No ano de 2012, procedeu-se assim à adjudicação do Lote 2 do Concurso Público Internacional e através do qual foram adjudicados apenas os serviços de comunicações de dados fixos. O Lote 1, referente à aquisição de serviços de voz, mensagens curtas (SMS) e dados móveis ficou sem propostas, em face da única proposta apresentada não cumprir as exigências do respetivo Caderno de Encargos, pelo que se revelou necessário reformular as especificações técnicas e proceder de novo ao lançamento do concurso dos serviços de voz e mensagens curtas (SMS), prevendo-se a sua conclusão no 1º quadrimestre de 2013;
- O lançamento do concurso público relativo ao **fornecimento de refeições e exploração das cafetarias na AR**, o qual se prevê que fique concluído no 1º quadrimestre de 2013.
- O lançamento do concurso público relativo à **prestação de Serviços de Limpeza da AR**, cuja adjudicação foi efetuada em fevereiro de 2013;
- A adjudicação do **fornecimento de energia elétrica para os edifícios da AR**. As alterações ao regime das tarifas de venda de energia elétrica, decorrentes da liberalização do respetivo mercado, levou ao lançamento do concurso público para fornecimento de energia elétrica para os edifícios da AR. A adjudicação efetuada vai permitir obter uma redução de custos no orçamento da AR que se estima na ordem dos 20% a 25%;
- O fornecimento contínuo de viagens e alojamentos para a AR;
- A prestação dos serviços de codificação, multiplexagem, transporte e difusão de sinal por rede digital terrestre, para transmissão do Canal Parlamento;
- O fornecimento e equipamento para a plataforma WEB TV.

Ainda no âmbito dos objetivos relativos à **racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo e gestão**, bem como à utilização eficiente e otimizada dos recursos disponíveis, concretizaram-se as seguintes ações:

- Nas múltiplas áreas de atuação e intervenção previstas no artigo 20º da RAR nº 20/2004, de 16 de fevereiro, pela procura de excelência e prontidão na **resolução de problemas surgidos/solicitações externas**, assumindo, através do crescente conhecimento das pessoas e locais, uma constante atitude de vigilância e prevenção de potenciais situações problemáticas. Para este programa as ações passaram por:
 - ✓ Continuação da melhoria dos modelos relativos aos procedimentos concursais disponibilizados no SIGAR, com o objetivo de continuar a assegurar uma gestão integrada dos mesmos e a facilitar a circulação e atualização da informação;
 - ✓ Introdução de alterações no SIGAR por força da Lei dos Compromissos, passando, nomeadamente, cada nota de encomenda a enviar ao fornecedor a ter visível o número de compromisso;
 - ✓ Início do processo de desmaterialização da despesa e a sua interação com as fases dos procedimentos concursais.

- **Continuidade dos processos**, que se inserem em múltiplas áreas de atuação, **assentes em princípios de economia, eficiência e eficácia**, nomeadamente:
 - ✓ Resposta às requisições de bens móveis e de consumíveis, com a inerente gestão de stocks, incluindo a manutenção atualizada de um inventário geral de bens móveis e imóveis da Assembleia;

 - ✓ Aplicação do "Regulamento Interno de Funcionamento do Armazém de Consumíveis", com o objetivo de melhorar a organização e funcionamento do armazém e aplicar regras de contenção nos consumos de artigos disponíveis;

 - ✓ Abertura e sequência de procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, bem como do respetivo acompanhamento/fiscalização, na perspetiva da manutenção, beneficiação e requalificação continuadas do património da AR;

 - ✓ Gestão continuada dos instrumentos contratuais de manutenção global ou parcial, com propostas de atualização, renovação ou não renovação dos mesmos, bem como elaboração de estatísticas periódicas acerca de consumos;

 - ✓ Controlo, acompanhamento e correção de processos de aquisição no SIGAR.

3.1.2 No que se refere à **política ambiental**, encontra-se a decorrer uma **Auditoria ambiental aos Edifícios da AR**, no sentido de conhecer os consumos energéticos e hídricos da AR.

No decorrer do ano de 2012, procedeu-se à regularização das anomalias registadas na qualidade do ar no Edifício da D. Carlos e no Novo Edifício, nomeadamente no que concerne à ventilação e climatização da creche, tendo-se corrigido as deficiências identificadas, facto que havia resultado em que a ADENE - Agência para a Energia - tivesse emitido, em 2011, apenas um certificado provisório. Assim, no que respeita à certificação energética dos edifícios da AR, conclui-se que os imóveis da AR – **Casa Amarela, Novo Edifício e Edifício D. Carlos** - se encontram devidamente certificados pela ADENE, tendo obtido a classificação de BOM, de acordo com os padrões regulamentares.

No entanto, deve esclarecer-se que esta auditoria transcende a mera certificação energética, dando a conhecer, não apenas as medidas de melhoria do desempenho, com viabilidade económica, que a AR poderá implementar para reduzir as suas despesas com energia e, simultaneamente, melhorar a eficiência energética dos seus edifícios, mas também avaliar o desempenho dos sistemas de climatização que devem assegurar uma boa qualidade do ar interior (QAI) e promover comportamentos amigos do ambiente e geradores de poupança de consumos.

Neste âmbito, a AR tem adotado uma *política ambiental* cuidada e consciente, procurando a racionalização de consumos e custos, através das seguintes medidas:

- ✓ Substituição de lâmpadas clássicas, tipo projetor de 50W, por lâmpadas de sistema LED de apenas 3W;
- ✓ Redução da iluminação no parque de estacionamento em determinadas horas;
- ✓ Redução de consumos de água com a introdução de redutores de fluxo nas torneiras;
- ✓ Regulação das descargas dos autoclismos com conseqüente diminuição do consumo;
- ✓ Instalação de variadores de frequência em diversos ascensores, dispositivos que aproveitam o percurso descensional do equipamento para acumular energia e reutilizá-la;
- ✓ Continuação da intervenção que visa dotar todas as instalações sanitárias da AR de dispositivos de deteção de movimento;
- ✓ Colocação de temporizadores em diversos equipamentos de ar condicionado tipo *split*, obviando a que estes permaneçam ligados durante a noite e aos fins de semana;
- ✓ Substituição de equipamentos de ar condicionado obsoletos, com incapacidade térmica e ineficiência energética, por aparelhos de nova geração, com melhor gestão e que funcionam a gás R407 ou R410 (os equipamentos antigos funcionavam a gás R22, cuja proibição de comercialização na EU está já em vigor);

- ✓ Aquisição de unidades de ar condicionado de gama de consumo A, por serem mais eficientes energeticamente e de baixo consumo.

Importa ainda salientar a melhoria nas intervenções técnicas relacionadas com a área de climatização. Com a adoção de um sistema de controlo e monitorização centralizados de AVAC para o Palácio de S. Bento, assistiu-se a uma melhoria significativa na climatização em diversas salas, uma vez que o sistema permite controlar e regular a temperatura a distribuir pelas várias salas, possibilitando igualmente uma mais rápida deteção de avarias e consequente mais eficaz resolução das mesmas.

3.1.3. Uma das atividades dos SAR traduz-se na organização de **visitas guiadas** ao Palácio de S. Bento, que são pautadas por três objetivos: informar, educar e interagir, pretendendo-se apresentar o Parlamento e o Palácio de S. Bento em contexto pedagógico de informação para a cidadania e formação cívica, e fomentar, o mais possível, a interação com os visitantes. Manteve-se assim, em 2012, o formato de visitas dos últimos anos, com visitas guiadas em dias úteis (para instituições de diversos graus de ensino e grupos organizados de cidadãos nacionais ou estrangeiros) e no último sábado de cada mês (visitas temáticas para os cidadãos em nome individual ou em pequenos grupos).

No ano em apreço, realizaram-se 336 visitas guiadas em dias úteis e 18 no último sábado de cada mês, num total de 354 visitas, participadas por 16 095 cidadãos. Em relação a 2011, embora se tenha verificado uma redução de 11,1% no número de visitas guiadas, houve um aumento de 10,8% no número de visitantes, ou seja, menos visitas, mas mais participadas.

No que se refere à caracterização dos grupos de visitantes, as visitas de sábado são constituídas por visitantes muito heterogéneos, maioritariamente cidadãos individuais, famílias, grupos de amigos ou grupos de instituições lúdicas e culturais. Nos dias úteis, a caracterização dos visitantes por grupos de público-alvo é mais notória, pela natureza da própria visita, com os estudantes dos ensinos básico e secundário a dominarem as presenças, constituindo 55% do total dos grupos de visitantes.

Gráfico 5.1

EVOLUÇÃO DO Nº DE VISITAS GUIADAS

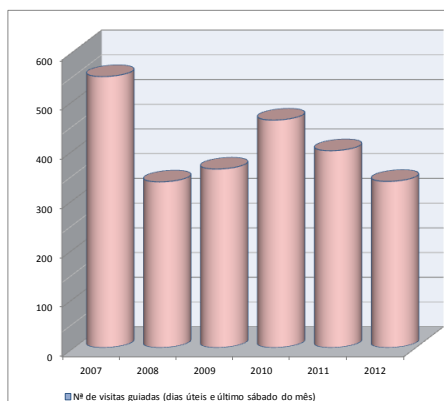
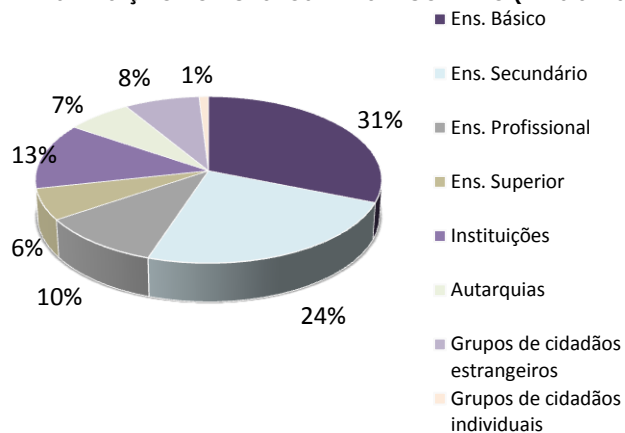


Gráfico 5.2

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS)

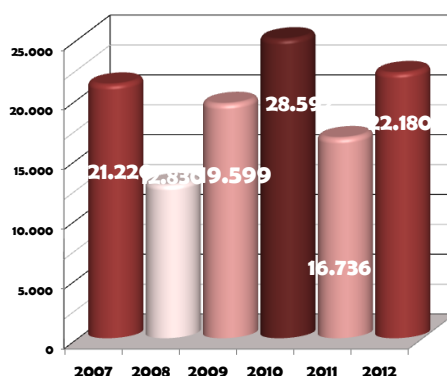


Em 2012, à semelhança do que ocorre há já mais de uma década, a AR associou-se à edição das **Jornadas Europeias do Património** (JEP), este ano dedicadas ao tema “O Futuro da Memória”. Durante dois dias, no último fim de semana de setembro, 564 cidadãos visitaram a AR e participaram nas várias atividades propostas. Para além das tradicionais e sempre muito procuradas visitas livres e guiadas, vários serviços da AR coorganizaram um conjunto de eventos lúdico-culturais, de que se destacam a exposição “Trajes com História – Os parlamentares e o traje da sua época” (em parceria com o Museu Nacional do Traje), a projeção de imagens “O restauro dos azulejos do Refeitório dos Monges”, o “Jogo da História” e a oficina pedagógica “Os brinquedos da minha avó”.

Por outro lado, desde 2009 que a tradição de celebrar na Assembleia da República o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios e o Dia da Liberdade, no âmbito da iniciativa “**Parlamento de Porta Aberta**”, tem trazido ao Palácio de S. Bento milhares de cidadãos interessados em conhecer melhor a sede do Parlamento português, as suas origens, funcionamento, história e património. Nos dias 18 e 25 de Abril, mais de 2 680 visitantes encheram de vida e movimento o Palácio de S. Bento.

Destaca-se, ainda, a **exposição itinerante sobre a Assembleia da República e o Parlamentarismo**, apresentada por períodos de cerca de um mês em Fátima (Museu de Etnologia) e nos Municípios de Almeida, Fundão, Macedo de Cavaleiros, Faro, Amarante e Góis e, ainda, a colaboração em exposições de outras entidades, através de cedência de peças do Museu da AR: Museu do Chiado – “Art Déco 1912/1960”, Museu da Presidência da República – exposição itinerante de Tapeçarias da Manufatura de Portalegre e MUDE, Museu do Design e da Moda – “100 Anos de Design de Interiores em Portugal”.

Gráfico 6
EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS



As **assistências às sessões plenárias**, a partir das galerias da Sala das Sessões, registaram a presença de 22 180 cidadãos (mais 32,5% que em 2011). O número efetivo de assistentes presentes nas galerias da Sala das Sessões, conforme registos elaborados pelo Serviço de Segurança da AR foi de 30 506 cidadãos (mais 35% do que no ano transato).

A informação ao cidadão surge concretizada através de um conjunto diversificado de ações, nomeadamente na disponibilização de novos conteúdos, de destaques e da *newsletter no portal de internet* do Parlamento – www.parlamento.pt. Em termos estatísticos, o total de visitantes do portal foi de 2 459 976, o que representa uma média mensal de 204 998 acessos, traduzindo-se num aumento de 17,47% comparativamente a 2011.

Para além do portal de Internet, a informação ao cidadão foi veiculada em 2012 através da difusão de **135 notas à comunicação social**, mais 82 que em 2011, ano em que houve suspensão dos trabalhos parlamentares na sequência da dissolução da AR. Em 2012, foram publicados 65 anúncios em jornais e revistas, menos 25 do que em 2011, o que reflete a contenção na realização de despesas relacionadas com a divulgação de eventos. No que respeita aos meios televisivo e radiofónico, registou-se a transmissão de 4 anúncios de cariz cultural, mais 3 do que no ano anterior, emitidos como publicidade institucional na RTP e RDP.

O decréscimo verificado neste tipo de publicidade é proporcional ao aumento do recurso a outros meios, nomeadamente à colocação, a título gracioso, da publicidade de iniciativas de cariz cultural, como as JEP, o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios ou o Dia 25 de Abril, que tem sido feita através da colaboração de várias entidades, em especial no sector dos transportes da Grande Lisboa, que consentem na colocação de cartazes informativos em autocarros, comboios, barcos e metropolitanos.

Em complemento a estes meios de divulgação, em 2012 manteve-se a tendência de recurso aos canais de comunicação próprios da AR, como o portal da *Internet*, o Canal Parlamento ou o Boletim Informativo, consolidando-se a prática da colocação de pendões informativos com os eventos da AR na fachada do Palácio de São Bento.

No que respeita ao **Boletim Informativo** - recurso de referência e de grande utilidade para, por exemplo, os órgãos de comunicação social -, foi dado, em 2012, mais um passo no processo de descentralização no carregamento de conteúdos do mesmo, iniciado em outubro de 2009, com o lançamento da versão exclusivamente eletrónica desta agenda.

3.1.4 O programa **Parlamento dos Jovens** é uma iniciativa da Assembleia da República, dirigida aos jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, que culmina com a realização de duas Sessões Nacionais na AR, em consonância e no cumprimento das orientações emanadas da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.

A calendarização das ações do Programa, a subsequente programação e execução, com realce específico para a prévia organização e o empenhamento dos representantes das entidades parceiras - Assembleia da República, Ministério da Educação e Instituto Português Desporto e Juventude, a que se associaram ainda as Equipas de Apoio às Escolas -, envolveu a participação de **797** Escolas, **426** do ensino **básico** e **371** do ensino **secundário**, traduzida num total de **26 879** jovens envolvidos, representando um ligeiro **decréscimo percentual global de 0,98%** relativamente a 2011, como se destaca no quadro seguinte:

	Básico		Secundário		Totais	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Escolas participantes	442	426	337	371	779	797
Turmas envolvidas	2.334	2.030	1.749	3.498	4.083	5.528
Alunos participantes nas listas eleitorais	17.902	17.253	9.517	9.626	27.419	26.879
Votantes nas eleições para as Sessões Escolares	110.336	98.674	61.654	59.109	171.990	157.783
Deputados eleitos para as Sessões Escolares	11.654	8.179	6.180	5.859	17.834	14.038
Alunos participantes nas Sessões Distritais/Regionais, eleitos nas Sessões Escolares	1.499	1.329	1.182	1.216	2.681	2.545
Nº de Escolas eleitas para a Sessão Nacional	64	65	63	64	127	129

Regista-se também a presença e participação das Escolas da Europa e de Fora da Europa nos dois graus de ensino referido, básico e secundário.

Participação dos Deputados

A Comissão Parlamentar de Educação e Ciência coordenou a participação dos Deputados nos debates, a convite das Escolas, que se realizaram durante os meses de novembro de 2011



a fevereiro de 2012, totalizando **310 convites por parte das Escolas, totalmente correspondidos**, registando-se a participação de Deputados de todos os Grupos Parlamentares.

3.1.5 A atividade de **Tradução** da Assembleia da República desenvolveu-se, no ano de 2012, nas vertentes de tradução, retroversão, revisão de textos, de apoio linguístico aos Deputados, Gabinetes e Serviços da Assembleia da República.

À semelhança de anos anteriores, os textos traduzidos consistiram em documentação de apoio a conferências e reuniões de assembleias parlamentares, pareceres da Comissão de Assuntos Europeus, intervenções de deputados, questionários, relatórios, textos relativos a peças do Museu, programas e correspondência, com especial destaque para o apoio ao nível de tradução dado às reuniões da Comissão da Cultura da AP-UpM e às conferências organizadas pelas comissões parlamentares, bem como na atualização da página da *Internet* do Parlamento. Foi, igualmente, traduzido um conjunto de leis de referência para futura disponibilização na página da Assembleia da República, do qual se salienta a legislação em matéria orçamental.

Realce-se ainda a organização, em parceria com a Procuradoria-Geral da República, do 3º Encontro de Tradutores da Administração Pública, que, neste ano, teve uma vertente mais prática, tendo sido organizado em *workshops* que decorreram em duas salas em simultâneo. Esta organização inovadora permitiu uma maior proximidade entre os profissionais de tradução da administração pública portuguesa.

Na área da Terminologia, concluiu-se a segunda fase do projeto Base de Dados Terminológica e Textual – BDTT (2009-2012), com o aumento do *corpus* da BDTT, do número de termos disponibilizados na *Intranet* e na *Internet*, bem como do número de definições de termos disponíveis.

4. Atividade Editorial

Em 2012, a Assembleia da República deu continuidade à atividade cultural e editorial que tem vindo a ser desenvolvida e que se traduziu na edição de livros, brochuras, folhetos, postais, agendas, convites e outros materiais promocionais; na produção de peças e artigos evocativos do Parlamento; na organização de sessões de lançamento de livros; na produção e acompanhamento de exposições e na divulgação do Parlamento através da Livraria Parlamentar e da participação em feiras do livro.



A Divisão de Edições editou 11 livros:

1. *Os Presidentes do Parlamento Português*, Volume 2 (I República), coordenado pelo CEPESE da Universidade do Porto. Coleção Parlamento;
2. *Exercício do Direito de Petição: anotações práticas* – publicação eletrónica. Coleção Direito Parlamentar;
3. *Constituição da República Portuguesa, 7.ª Revisão* – versão miniatura;
4. *Bernardino Machado: uma vida de luta*, de Maria Alice Samara. Coleção Parlamento;
5. *Manuel Joaquim Pinheiro Chagas: uma biografia (1842-1895)*, de António Pedro Barbas Homem. Coleção Parlamento;
6. *António Granjo: República e Liberdade*, de Ernesto Castro Leal e Teresa Nunes. Coleção Parlamento;
7. *José Domingues dos Santos: o Defensor do Povo (1887-1958)*, de António José Queiroz. Coleção Parlamento;
8. *Congresso Internacional I República e Republicanismo: atas*. Coleção Parlamento;
9. *Consulta pública do Processo Legislativo Parlamentar* – publicação eletrónica;
10. *Das Urnas ao Hemiciclo. Eleições e Parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, coordenação de Pedro Tavares de Almeida e Javier Moreno Luzón. Coleção Parlamento;
11. *Oposição e eleições no Estado Novo*, de Mário Matos e Lemos, com coordenação de Luís Reis Torgal. Coleção Parlamento.

Dos diversos materiais editados relativos à história e à atividade parlamentar, destacam-se as versões inglesa, francesa e espanhola da brochura *O Parlamento* para distribuição aos visitantes, os folhetos de divulgação das Comissões Parlamentares e a produção/paginação de conteúdos para o cubo multimédia do Centro de Acolhimento ao Cidadão.

A Divisão de Edições foi responsável pela criação da imagem gráfica e pela produção de materiais (anúncios, cartazes, convites, sinalética, programas, folhetos) para os eventos que tiveram lugar na Assembleia da República.

Em 2012, foram editados 24 novos artigos. Procurou-se a dignificação dos objetos evocativos da Assembleia da República, visando a edição de peças exclusivas e o desenvolvimento da ideia de coleções de artigos, destacando-se o desenvolvimento de uma nova linha de *merchandising*, intitulada “Ditos Parlamentares”, com citações de parlamentares que notabilizaram nos quatro períodos da história constitucional portuguesa.

A Assembleia da República participou na Feira do Livro de Lisboa (abril-maio), na Feira do Livro de Mafra, realizada no âmbito dos Jogos Desportivos da CPLP (julho), e na Feira do Livro de

Braga (novembro-dezembro), tendo organizado ainda campanhas promocionais na Livraria Parlamentar por ocasião das Jornadas Europeias do Património e do Natal.

Foram organizadas 21 cerimónias de apresentação de livros, destacando-se a realização de lançamentos de edições parlamentares em espaços fora da Assembleia da República (Sociedade de Geografia de Lisboa, FNAC Colombo, FNAC Matosinhos, Bertrand Coimbra, El Corte Inglés Lisboa).

A exposição *A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911*, comissariada por Jorge Miranda, foi inaugurada na Sala dos Passos Perdidos em 2011 e esteve patente no Átrio da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em janeiro-fevereiro 2012. Esta exposição obteve uma Menção Honrosa nos Prémios da Associação Portuguesa de Museologia 2012, na categoria “Melhor Trabalho de Museografia”.

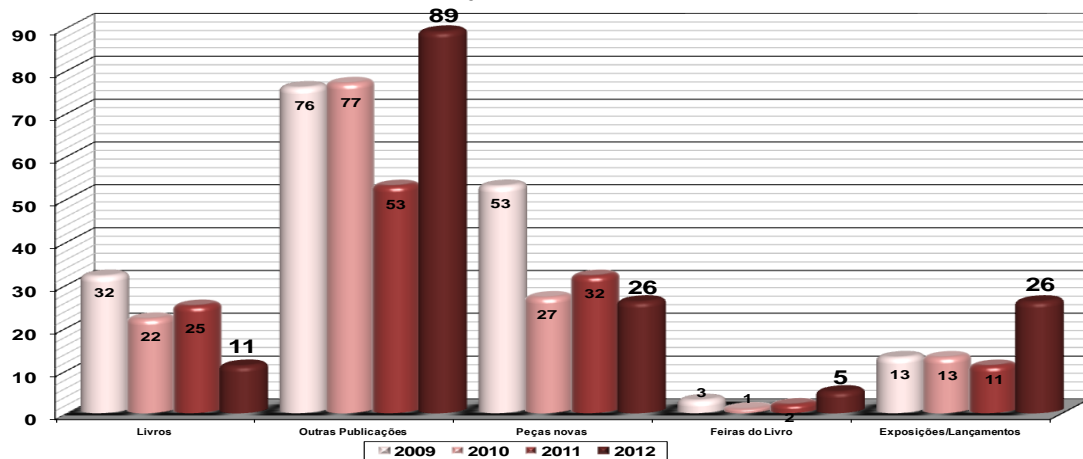
Foram organizadas ainda as exposições: *25 de Abril: imagens de Miranda Castela – Átrio Principal* (abril); *Dia Mundial do Refugiado na Assembleia da República – Passos Perdidos* (junho); e *Trajes com História – Os parlamentares e o traje da sua época*, em parceria com o Museu Nacional do Traje (setembro-outubro).

Quadro 20 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS

Atividade Editorial	2012
Livros	
Impressos	9
Eletrónicos	2
Material Promocional	
Brochuras e folhetos	12
Postais, marcadores, convites, cartazes, anúncios	75
Agendas / calendários	2
Peças	
Peças novas: estanhos, porcelanas, peles, cristais e papelaria	26
Exposições	
Organização e colaboração	5
Feiras do livro	
Lisboa, Mafra, Braga e Livraria Parlamentar	5
Lançamentos de livros e outros eventos	21

A contenção orçamental que a AR vem mantendo, desde 2010, refletiu-se na natural redução desta atividade.

Gráfico 7 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL



5. Cooperação Interparlamentar

5.1 Bilateral

No âmbito da Cooperação estabelecida com os Parlamentos de Língua Portuguesa, durante o ano de 2012, importa a assinatura do relatório de avaliação final do Programa de Cooperação celebrado com o Parlamento Nacional de Timor-Leste para o período 2009/2012, realizada por ocasião de uma deslocação do Secretário-Geral da Assembleia da República, João Cabral Tavares.

Ao nível das atividades desenvolvidas durante o ano de 2012, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar, salienta-se:

Cooperação com a Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV)

No quadro do Programa de Cooperação assinado em 16 de dezembro de 2011, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Abril – Formação *on the job* na AR, na Área do Protocolo, de um funcionário da ANCV sobre o Cerimonial Político na ARP no âmbito da Sessão Solene do 25 de abril;

Maio – Formação *on the job* na AR, para dois Técnicos da ANCV, junto da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento e junto da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO);

Maio / Junho – Estágio *on the job* na AR (DGF), de duas funcionárias dos Serviços Administrativos e Financeiros da ANCV, nas áreas de “Formação em técnicas de Orçamentação e Contabilidade Pública” e “Encerramento de Contas Anuais, estrutura e elaboração da Conta de Gerência”;



Junho – “Assessoria (troca de experiência) *on the job* sobre o Cerimonial Político e as Relações com a Comunicação Social na Sessão Solene do 5 de Julho na ANCV” (ANCV);

Novembro – “Formação sobre o Processo Legislativo em particular sobre a elaboração de “Notas Técnicas, redação final e apoio documental ” (ANCV);

– Formação na área da Gestão Financeira sobre “O processo de Auditoria de Contas Públicas: Planeamento e Controlo” (ANCV).

Dezembro – “Assessoria na elaboração do projeto de criação do Museu” e “Assessoria para a aquisição de Expositores e Assistência técnica na área do Arquivo” (ANCV);

– “Assistência técnica na área da Biblioteca e Assessoria e implementação de um sistema de acesso às bases de dados de Bibliotecas, Legislação/Jurisprudência e Revistas Internacionais na Web (biblioteca digital)” (ANCV).

Ao abrigo do Protocolo de Cooperação Parlamentar celebrado entre a Assembleia da República e a Assembleia Nacional de Cabo Verde, realizou-se uma visita de trabalho de uma Delegação da Comissão de Fiscalização dos Serviços de Informação da República do Parlamento de Cabo Verde, composta pela Presidente da Comissão, Deputada Filomena Ribeiro Vieira (PAICV) e pelos Deputados Mário Pereira Silva (MPD) e António Mendes Fernandes (PAICV). Do programa desta Missão constaram reuniões de trabalho com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, com o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Cabo Verde e com os Membros do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (CFSIRP).

Cooperação com a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB)

No quadro do Programa de Cooperação assinado em 17 de fevereiro de 2009, manteve-se em funções a tempo inteiro, junto da ANPGB, uma Leitora de português para o ensino da língua portuguesa aos deputados e funcionários guineenses e um consultor informático guineense para acompanhar o processo de informatização da ANPGB e dinamizar a utilização dos meios informáticos por parte dos serviços parlamentares guineenses.

Cooperação com a Assembleia da República de Moçambique (ARM)

No âmbito da Cooperação Parlamentar estabelecida com ARM, desenvolveram-se as seguintes ações:

Mai – Formação *on the job*, nas áreas de Biblioteca e Arquivo, de 3 funcionárias da Assembleia da República de Moçambique;

Junho – Formação *on the job* para 2 funcionários do Gabinete de Imprensa da ARM;

– Formação de operador de câmara móvel em gravação, edição e pós-produção vídeo para 2 funcionários da ARM (Canal Parlamentar).



Cooperação com a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP)

No âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar para 2010/2012, realizaram-se as seguintes ações:

Janeiro - Avaliação intercalar do Programa, tendo o Relatório de avaliação sido assinado pelos dois Secretários-Gerais, através da troca de documentos via digital;

Junho - Seminário em São Tomé, destinado a deputados e funcionários da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, sobre a tramitação e gestão do processo legislativo na perspetiva de partilha de boas práticas, com a participação do Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado António Filipe (PCP);

Dezembro - Formação na área de informática e estágio no Centro de Informática da Assembleia da República para dois técnicos da ANSTP. Com esta ação, ficou concluída a execução do Programa de Cooperação, que abrangeu o período 2010/2012. Este Programa será objeto de uma avaliação final, que apontará orientações para um novo Programa relativo a 2013/2015.

Cooperação com o Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL)

No âmbito da cooperação parlamentar estabelecido com o PNTL para o período 2009/2012, desenvolveram-se as seguintes atividades:

- Até setembro, manteve-se no exercício de funções junto do Parlamento Nacional, em Díli, um quadro superior da AR, na qualidade de Encarregada de Missão, com o propósito de promover, dinamizar e acompanhar as ações no âmbito da cooperação técnica parlamentar luso-timorense;
- Na continuidade do contrato celebrado com a Assembleia da República, manteve-se em funções, junto do Parlamento Nacional, uma Leitora de Língua Portuguesa, para ministrar aulas de Língua Portuguesa a deputados e a funcionários;

No contexto do Projeto de apoio do PNUD ao PNTL, designado "*Fortalecimento da Capacidade Institucional do Parlamento Nacional de Timor-Leste*", a Assembleia da República participou com as seguintes ações:

- **Janeiro de 2012** – Estágio na DAPLEN de 1 Técnico da DIPLN do Parlamento de Timor-Leste;
- **Fevereiro a Dezembro** - Missão de Assistência Técnica a Timor-Leste na área da Redação;
- **Dezembro** - Missão de Assistência Técnica junto do PNTL na área da informática, registo de correspondência e arquivo.



Cooperação com a Assembleia Nacional de Angola (ANA)

Julho de 2012 - Ação de formação para assessores da Assembleia Nacional de Angola sobre o processo legislativo, realizada na Assembleia da República.

5.2 Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, e enquadrado nas atividades da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), decorreu em São Tomé, de 21 a 24 de maio, o **VII Encontro dos Quadros Informáticos dos PLP**, organizado pela Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, no qual a AR esteve representada.

Ainda enquadrado no programa de atividades da ASG-PLP, decorreu na Cidade da Praia, Cabo Verde, o **III Encontro Interparlamentar de Quadros das Áreas de Documentação, Informação e Arquivo dos PLP** – 8 a 12 de outubro, no qual a AR também esteve representada.

A AR esteve ainda representada, no âmbito da ASG-PLP, no *Workshop* de Capacitação de Quadros Parlamentares na vertente do Processo Legislativo, que teve lugar, de 17 a 19 de outubro, na Assembleia Nacional de Cabo Verde.

O **XIII Encontro da ASG-PLP** decorreu na Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, de 24 a 26 de setembro, tendo participado os Secretários-Gerais dos Parlamentos de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste e representantes dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Angola, Brasil, Guiné-Bissau e Portugal.

No decurso do Encontro, foram apresentados os Relatórios de Atividades dos Parlamentos pelos respetivos participantes e aprovado o Plano de Atividades para 2012-2013. De acordo com o Programa do Encontro, foram apresentados e debatidos variados temas, tendo ficado a cargo da Assembleia da República o tema “O impacto da crise económica mundial na atividade dos Parlamentos”.

6. Gestão das Tecnologias de Informação

Em 2012, a gestão das Tecnologias de Informação (TI) da Assembleia da República foi direcionada para responder às necessidades dos utilizadores do sistema informático, de forma eficaz e eficiente.

Em termos gerais, a gestão das TI deu continuidade à implementação das recomendações resultantes da auditoria do INESC ao Sistema Informático e das resultantes da auditoria de segurança anual realizada à Entidade Certificadora da AR (ECAR).

6.1. Tal como previsto no plano de atividades deste serviço, foram dados passos no sentido de continuar a consolidação e o desenvolvimento de novas soluções informáticas, visando a melhoria da qualidade e a simplificação dos processos. Neste âmbito destacaram-se:

- . **O Reforço da Infraestrutura de servidores** ao nível do aumento da capacidade de processamento e armazenamento permitindo fazer face a novos projetos, tanto do CINF como de outros serviços e GP's. Para minimizar o risco de, em caso de desastre, se perder simultaneamente a informação dos servidores e as respetivas salvaguardas diárias, o sistema de *backup* deve estar o mais separado possível, lógica e fisicamente, do sistema de armazenamento onde reside a informação dos servidores (o que não acontece atualmente). Para mitigar esta fragilidade, foi projetado para 2012 a implementação um sistema que conduzisse à separação da informação dos servidores da de produção. Em resultado de uma experiência piloto desenvolvida em 2102 verificou-se que o espaço em disco necessário para os *backups* foi reduzido a quase 25% do até aqui necessário para a salvaguarda da informação. A aquisição deste sistema será efetivada em 2013;
- . **Migração da Plataforma de Relays de Email e Proxy** – O objetivo deste projeto foi de dotar a AR com um sistema de acesso à Internet mais rápido, melhorar a filtragem de *sites* com vírus ou conteúdo impróprio, disponibilizando simultaneamente um sistema de entrada e saída de *emails* com um controlo reforçado de correio não solicitado (*spam*) e antivírus. A autonomia do utilizador na gestão do correio bloqueado foi reforçada e a rede interna foi dotada de um sistema mais eficaz e seguro na filtragem de vírus;
- . **Atualização da plataforma de Gestão de Rede** – Sendo a rede o elemento imprescindível para o funcionamento de todos os sistemas, o investimento em atualização e manutenção tem sido mais preservado dos cortes e ajustes orçamentais. Em 2012, foi adquirida uma plataforma que permite uma supervisão mais eficaz dos eventos na rede e a centralização da recolha de *backups* de configurações;..
- . **Sistema de entrega eletrónica de Requerimentos e Perguntas** – Com o intuito de dar resposta às necessidades dos utilizadores desta aplicação, durante 2012 foram concluídas as melhorias da aplicação de entrega eletrónica dos Requerimentos e Perguntas. As alterações implementadas visaram a simplificação do trabalho de todos os intervenientes, autores, secretários da Mesa e Divisão de Apoio ao Plenário (DAPLEN). A possibilidade de envio eletrónico destes documentos foi ainda alargada a todas as câmaras municipais;
- . **Aplicação do Processo Legislativo Comum (PLC)** – Em 2012, foi efetuada a análise de requisitos para a reformulação da aplicação de Gestão da Atividade Parlamentar (PLC). Propôs-se dotar a aplicação de novas funcionalidades, dando início à desmaterialização

total de todo o processo legislativo e à sua simplificação. Foi elaborado um relatório sobre as implicações e os recursos necessários para desenvolver e implementar as alterações pretendidas. O projeto contempla a utilização de assinaturas digitais, de forma a validar e legalizar as diferentes fases do processo, recorrendo a cartões com certificados digitais fornecidos pela Entidade Certificadora da Assembleia.

Ainda no PLC, com vista a simplificar a leitura e carregamento de ficheiros e *links* existentes nesta aplicação, procedeu-se a uma reformulação geral na forma de registo destes documentos, *links* e na sua disponibilização. Por fim, assinala-se a necessidade, surgida durante o ano de 2012, de adaptar esta aplicação a um novo tipo de documento, o Documento de Estratégia Orçamental;

. **Expansão da solução de terminais virtuais (*thin clients*)** – Os *desktops* destinados à utilização dos visitantes do Arquivo Histórico Parlamentar e da Biblioteca foram substituídos por terminais virtuais, à semelhança do efetuado na Sala da Formação;

.. **Implementação de um motor de pesquisa transversal às aplicações da AR** – Para simplificar a pesquisa de informação sobre os mais variados temas, foram indexados os conteúdos das bases de dados da Atividade Parlamentar (PLC) e da Gestão de Órgãos e de Deputados Eleitos (GODE), permitindo assim uma consulta integrada aos dados destas bases a partir do motor de busca da *Ar@net*.

6.2. No âmbito da aproximação ao cidadão e reforço da transparência das comunicações interna e externa à AR, destacam-se os seguintes projetos:

. **Implementação de uma plataforma de comunicações Unificadas** – Durante 2012 foi implementada uma solução de comunicações unificadas. Com esta solução pretendeu-se aumentar as funcionalidades de comunicação ao dispor dos Deputados e dos SAR em geral. Esta solução, que integra um *messenger* corporativo e um sistema de videoconferência entre outras soluções de comunicação, foi instalada nos postos de trabalho dos Deputados e do *staff* dos GP que aderiram a esta solução, assim como nos computadores de secretária dos SAR. Para além do aumento de eficácia na comunicação, esta solução mostrou valências significativas ao permitir a realização e participação em videoconferências sem necessidade do recurso aos tradicionais equipamentos de videoconferência;

. Foi efetuada uma revisão da aplicação SIP - **Sistema de Informação Parlamentar**, disponível nos postos de trabalho do Hemiciclo, para integrar as funcionalidades do *messenger* corporativo, permitindo e facilitando a discussão de temas durante o decorrer das sessões plenárias;

. Com o intuito de aumentar e simplificar a comunicação com e entre os SAR, foi disponibilizada uma versão App da lista telefónica **Arphonebook**, para ser instalada nos *smartphones*. Esta aplicação faculta os contactos (*email*, telefone e telemóvel) dos colaboradores da AR, facilitando o seu contacto a partir do seu dispositivo móvel;

. Por fim, destaca-se um projeto, que visa a aproximar o visitante da AR à instituição, denominado de **Centro de Acolhimento ao Cidadão**. Foi adquirido um cubo interativo, constituído por *écrans* multitoque, nos quais serão instaladas aplicações com informações úteis sobre a AR, realçando a sua história, missão, organização e funcionamento.

6.3. A segurança da informação teve um destaque particularmente significativo durante 2012. Neste âmbito foram desenvolvidos diversos projetos dos quais se destacam:

. **Aquisição e Implementação de uma solução de arquivo de emails e ficheiros** – Uma das grandes necessidades dos utilizadores da AR é o espaço em disco, tanto nos servidores de ficheiros, como nos servidores de *mail*. A solução instalada permite criar um sistema de arquivo de *emails* e ficheiros que comprimirá a informação mais antiga, libertando assim disco para novos armazenamentos e reduzindo significativamente o tempo necessário para os *backups*;

. A implementação de um **sistema automático de desbloqueio das passwords** que veio possibilitar ao utilizador o desbloqueio da sua palavra passe em caso de esquecimento ou de bloqueio de forma autónoma, ou seja, sem ter que recorrer ao CINF. Para além do aumento da disponibilidade de acesso ao sistema informático, este projeto visou a melhoria da resposta do CINF aos restantes pedidos de *helpdesk*, uma vez que se constatou que uma significativa percentagem de pedidos resulta deste tipo de situações;

. Para o reforço da segurança da informação da AR o CINF procedeu à substituição do **software antivírus**, em todos os postos de trabalho dos utilizadores, por um novo que se verificou ser mais eficaz na deteção de vírus e *malware*;

. **Sistema de backup aos postos fixos BEP** – A esmagadora maioria dos utilizadores não faz uma salvaguarda regular da informação guardada nos seus postos de trabalho. Para colmatar esta e outras situações, foi adquirido um sistema para efetuar *backups* regulares aos postos de trabalho dos Deputados. Em 2012, estas salvaguardas foram implementadas aos postos virtuais (BEP) e, em 2013, esta solução será estendida aos portáteis dos Deputados;

. Ainda no âmbito do reforço da segurança da informação, foi concluído o processo de **eliminação de Cascatas de Equipamentos e Hubs** e foi dado seguimento à **requalificação de bastidores**, consistindo em intervenções físicas de limpeza, remoção de cablagem danificada, arrumação e fecho dos bastidores. Para além da resolução de problemas de conectividade, esta ação visou o reforço da segurança da rede interna;

. Finalmente, num sentido mais lato da segurança da AR, destaca-se a aquisição, criação da infraestrutura e acompanhamento da instalação do **Sistema de Gestão do Serviço de Segurança (SIGSS)**. A conclusão da instalação do novo sistema ocorrerá no início de 2013 e virá substituir o existente que já se encontra obsoleto. A segurança física de pessoas e bens será assim reforçada com um sistema que integrará as diversas soluções de monitorização das instalações da AR, sistema de deteção e extinção de incêndios, sistema de controlo de entradas no parque da AR com leitura e reconhecimento de matrículas, câmaras conta pessoas, entre outras.

6.4. Foi dada continuidade ao esforço para a redução de custos da utilização das tecnologias de informação na AR, destacando-se os seguintes desenvolvimentos:

- . A renegociação e **consolidação de contratos de manutenção e de licenciamento**, visando a redução dos valores destes contratos e o esforço da sua manutenção;
- . A conclusão do concurso público para a **contratação de serviços acesso à internet**, que trouxe significativa redução dos encargos associados a este serviço;
- . O desenvolvimento e disponibilização de **novas funcionalidades dos conversores de documentos** implementados no ano transato;
- . A continuação do processo visando o **lançamento do concurso público de comunicações** para a AR, concurso este que engloba as comunicações fixas, comunicações móveis e de dados móveis disponíveis aos utilizadores da AR.;
- Ainda visando a redução dos custos inerentes às aplicações que gerem a atividade parlamentar, a funcionar sobre tecnologia Oracle, foi efetuada uma avaliação sobre a possibilidade de migrar as bases de dados Oracle para DB6.

6.5. Durante 2012, foi dada relevância à melhoria da gestão das tecnologias de informação e dos serviços prestados pelo CINF, através de diversos projetos, entre os quais se realçam:

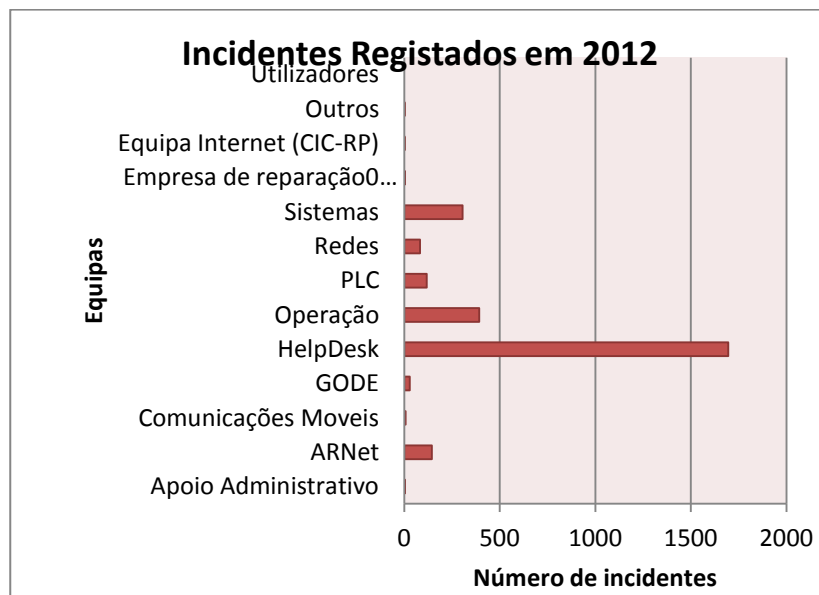
- . A entrada em produção da **primeira fase da implementação das boas práticas ITIL** e a consolidação da utilização da nova ferramenta de registo de pedidos e *report* de

incidentes no *helpdesk* e dos processos de gestão do catálogo de serviços, gestão de incidentes e gestão de pedidos de serviço;

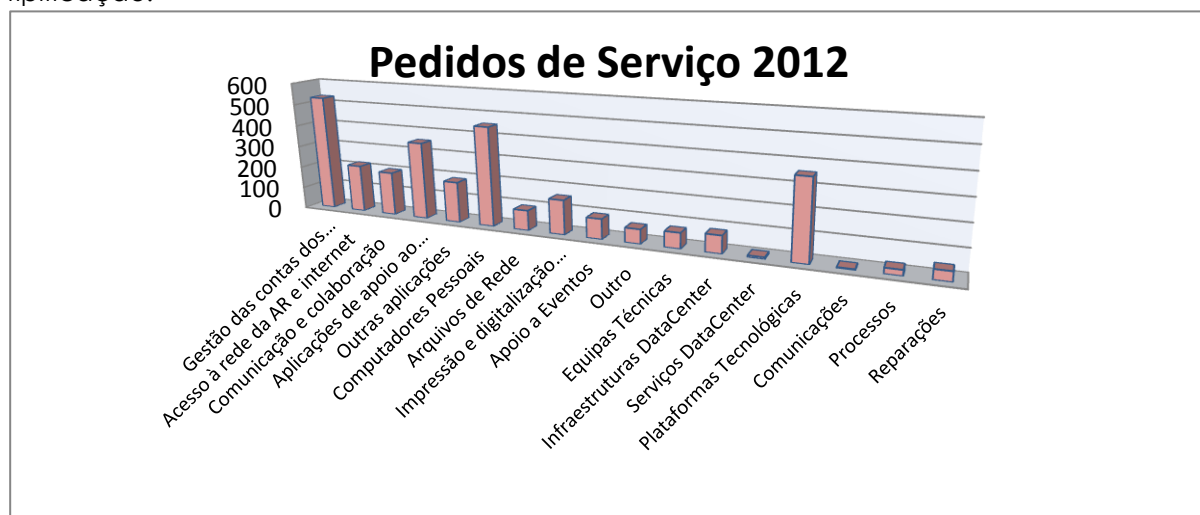
Com o intuito de monitorizar a qualidade da prestação de serviços de TI, procedeu-se à elaboração periódica de relatórios de acompanhamento da prestação destes serviços e de relatórios de avaliação do desempenho dos serviços pertencentes a cada responsável;

Foi ministrada formação nas boas práticas ITIL a todos os técnicos do CINF, assegurando a compreensão e interiorização dos conceitos, as vantagens da introdução desta metodologia no funcionamento do CINF e as alterações nas metodologias de trabalho e organização deste serviço.

Durante 2012 foram registados 2800 incidentes, os quais, distribuídos por áreas, se refletem no gráfico que segue:



Relativamente aos pedidos de serviço, registaram-se 2925, distribuídos com a seguinte tipificação:



. Foi desenvolvida uma **aplicação de Expediente**, com vista a permitir a gestão das Informações, Propostas, Protocolos e Faxes, entre outros documentos que circulam na AR. Esta aplicação desmaterializará todo fluxo do processo de tramitação de informações e propostas, recorrendo para tal a um sistema de *workflows* de autorizações com a utilização de certificados digitais na assinatura dos documentos disponibilizados pela ECAR;

. Aquisição e implementação de uma **solução para o registo do material informático**, permitindo saber, em tempo real, as existências e distribuição dos equipamentos informáticos, utilizando um leitor de códigos de barras, permitindo integrar esta informação na aplicação *servicedesk*.

7 - Gestão de Recursos Humanos

A prossecução de uma política de contenção de despesa, iniciada no final de 2010 por deliberação do Conselho de Administração da Assembleia da República de 14 de outubro e traduzida, na área dos recursos humanos, na suspensão de procedimentos concursais com vista ao recrutamento de pessoal, associada ainda ao elevado número de aposentações, justifica a continuada tendência de descida no número total de efetivos.

Assim, em 2012, verificou-se uma diminuição de 16 efetivos face a 2011, resultando essa redução dos seguintes movimentos de entrada e saída:

Movimentos de Entrada:

- 2 recrutamentos por cedência de interesse público (GABSG e CFSIRP);
- 1 regresso de licença sem remuneração;
- 1 nomeação em comissão de serviço.

Movimentos de saída:

- 14 aposentações;
- 1 cessação funções de funcionário em cedência de interesse público;
- 2 pedidos de exoneração⁴;
- 2 licença sem remuneração;
- 2 cessações de nomeação em comissão de serviço.

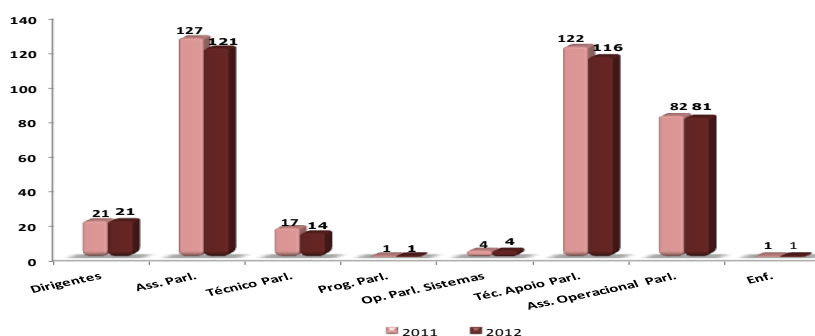
⁴ Um dos pedidos de exoneração apesar de constar como movimento de saída, não é considerado na diferença de funcionários verificada de 2011 para 2012 em virtude de, no ano anterior, já não se encontrar em efetividade de funções (licença sem remuneração).

Regista-se pois, à data de 31 de dezembro de 2012, a existência de 359 funcionários em efetividade de funções, constantes do respetivo mapa de pessoal da Assembleia da República, neles se incluindo 23 funcionários em regime de cedência de interesse público e 9 funcionários em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto.

Acrescem ainda 7 contratos em regime de avença⁵, menos 2 do que os registados em 2011.

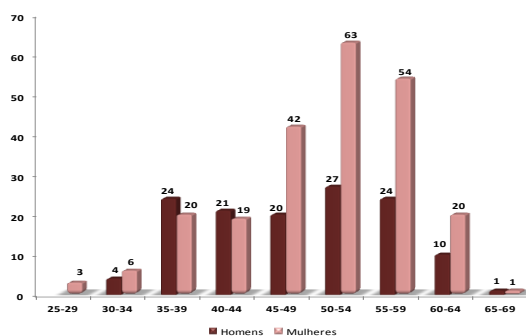
Apresenta-se assim a evolução comparativa de efetivos.

Gráfico 8 – EVOLUÇÃO DO QUADRO DE EFETIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/CARREIRAS



O **Gráfico 8** evidencia o que já foi dito anteriormente: a diminuição de efetivos de 2011 para 2012. As carreiras de assessor parlamentar e de técnico de apoio parlamentar foram as mais afetadas com a diminuição de efetivos, seguindo-se a de técnico parlamentar e a de assistente operacional parlamentar. A carreira de programador, operador parlamentar de sistemas, enfermeira e dirigentes mantêm o mesmo número do ano anterior. A carreira de assessor parlamentar continua a ser a carreira com maior representatividade (33,7% do total de funcionários), diminuindo a sua expressão em 0,2% em relação a 2011, por força das exonerações e das aposentações.

Gráfico 9 – EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS



⁵ Os contratos em regime de avença visaram as seguintes prestações de serviços: 3 intérpretes de linguagem gestual (DRAA), 3 de serviços médicos (GME) e 1 de assessoria à Comissão de Defesa (DAC).

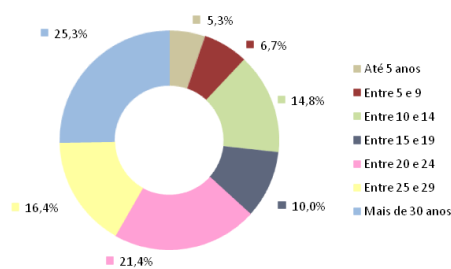
O **Gráfico 9** representa os escalões etários por sexo e evidencia a tendência de envelhecimento, particularmente no que respeita às mulheres. Já no que respeita aos homens, a distribuição etária é mais uniforme, sendo que os escalões dos 35-39 anos e dos 40-44 anos são os únicos em que se regista um maior número de funcionários do sexo masculino, em relação ao feminino. O escalão dos 50-54 anos é o que conta com mais funcionários, quer do sexo masculino (20,6% do total de funcionários masculinos), quer feminino (27,6% do total de funcionários femininos).

Esta distribuição conduz à determinação da média etária dos funcionários da Assembleia da República, que é de 49,4 anos (mais 0,6 que em 2011).

Associado à média etária está o nível médio de antiguidade, que, em 2012, se situou nos 21,8 anos (mais 0,6 anos do que os registados em 2011).

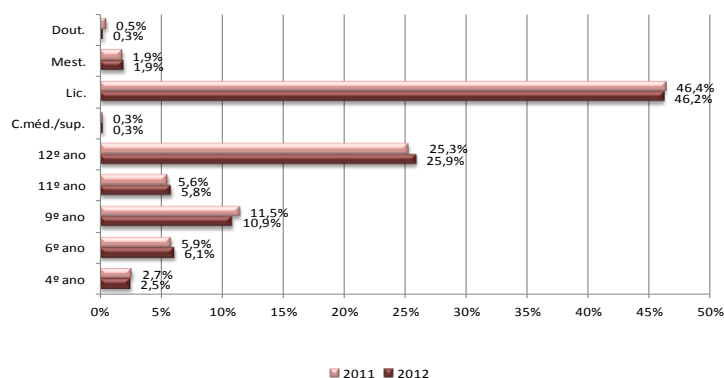
O **gráfico 10** mostra a distribuição dos funcionários pelo nível de antiguidade na função pública, demonstrando que o escalão com mais de 30 anos de serviço é aquele que regista maior percentagem (25,3%), o que equivale a dizer que mais de um quarto do total de funcionários da AR tem mais de 30 anos de serviço.

Gráfico 10 – EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE



No que respeita ao nível habilitacional, 2012 apresenta ligeiras descidas em vários níveis, como se pode ver pelo **Gráfico 11**, em resultado da diminuição de efetivos ocorrida. Ainda assim, o nível habilitacional de licenciatura é o que agrupa maior percentagem de funcionários.

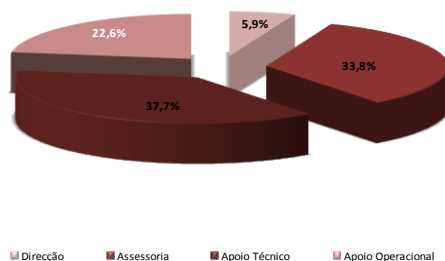
Gráfico 11 – EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL



O **Gráfico 12** mostra a distribuição dos funcionários por 4 grandes áreas de atividade e o seu peso na estrutura da AR. As alterações ocorridas de 2011 para 2012 aconteceram, sobretudo, devido à diminuição de funcionários, o que leva a um reequilíbrio de toda a estrutura. A área de direção continua a apresentar os mesmos valores - 5,9%. Já o apoio técnico e a assessoria registaram ligeiras descidas (0,7% e 0,1% respetivamente), tendo o apoio operacional aumentado 0,7% relativamente a 2011.

Este gráfico demonstra, assim, o peso que cada carreira detém no mapa de pessoal da AR.

Gráfico 12 – FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE



No que se refere à **Formação Profissional**, assinala-se a execução do Plano de Formação para 2012, no âmbito do qual se realizaram 7.556 horas de formação (6.539 internas e 947 externas), que abrangeram todos os Grupos de Pessoal.

Ocorreram, neste ano, 616 participações em ações de formação internas e 76 em ações de formação externas, as quais abrangeram Funcionários Parlamentares, Funcionários de Grupos Parlamentares e Funcionários de Entidades que funcionam junto da AR.

As ações de formação executadas ao longo de 2012, foram distribuídas por áreas formativas, tendo todas elas como objetivo genérico desenvolver as competências individuais e coletivas dos Funcionários Parlamentares.

Os cursos relacionados com as áreas de Formação Específica – Assessores Parlamentares e Técnicos, Técnicos de Apoio Parlamentar e Assistentes Operacionais - (7.201 horas), Línguas (2.587 horas), Dirigentes (355 horas) e B.A.D. (491 horas), foram os que tiveram maior participação de formandos.

Total de Funcionários em ações de formação	
Internas	616
Externas	76
Total	692

Horas de Formação por Grupo Profissional	Dirigente	Assessor Parlamentar	Técnico	Técnico A. Parlamentar	Assistente Operacional	Outros	Total
Horas de Form. Int.	248	2.168	262	3.025	836	0	6.539
Horas de Form. Ext.	78	636	19	156	58	0	947
Horas de e-learning	0	40	0	30	0	0	70
Total	326	2.844	281	3.211	894	0	7.556

8. Financiamento

8.1. Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se, não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, concretamente a Comissão Nacional de Eleições (CNE), Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Provedoria de Justiça, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) e Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN (CFBD – ADN), como as verbas destinadas a suportar os encargos com os Conselhos e Unidade Técnica que funcionam junto da AR: Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (CFSI), Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz (CAJP), Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal (CFSIIC), Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, e ainda as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

Quadro 21 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

Entidades	OAR2011 corrigido	OAR2012 corrigido	Var%
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	2.399.000	1.698.425	-29,20%
Comissão Nacional de Eleições	1.372.700	923.360	-32,73%
Provedoria de Justiça	5.659.301	4.854.572	-14,22%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.308.280	1.224.837	-6,38%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	821.240	723.180	-11,94%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	293.600	273.781	-6,75%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	149.010	148.415	-0,40%
Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz	165.135	117.555	-28,81%
Conselho Nacional de Procriação Medicamentada Assistida	295.954	245.446	-17,07%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	373.495	199.685	-46,54%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	92.140	89.073	-3,33%
Unidade Técnica Reorganização Administrativa do Território	0	162.420	n.a.
Devoluções ao Tesouro verbais não requisitadas	120.918	617.504	410,68%
Associação dos Ex-Deputados	43.837	42.522	-3,00%
Grupo Desportivo Parlamentar	15.680	15.210	-3,00%
TOTAL	13.110.290	11.335.985	-13,53%

Os valores orçamentados, que constam do quadro acima, integram unicamente as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital). As demais receitas próprias, incluindo os saldos de gerência, passaram, em 2011, a integrar exclusivamente o OE, deixando de constar no OAR.

No entanto, importa salientar que, relativamente à CNPD e à Provedoria de Justiça, verificou-se, em 2011, que os valores orçamentados foram superiores aos efetivamente requisitados em €3.194 e €614.310, respetivamente. Esse montante, num total de €617.504, foi orçamentado pela AR em 2012, a fim de permitir a sua devolução ao Tesouro.

Em 2012, à semelhança de anos anteriores, mantiveram-se as transferências para o Instituto de Medicina Legal, nos termos do nº 4 do artigo 30º da Lei nº 5/2008, de 12 de fevereiro, para suportar os encargos com “meios humanos, administrativos, técnicos e logísticos” do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN (CFBD – ADN). A AR suportou ainda, dentro dos limites orçamentados para este ano, as despesas com os Conselhos e Unidade Técnica que funcionam junto a este Órgão de Soberania: CFSI; CAJP; CNPMA; CFSIC e UTRAT.

O grau de realização global verificado nesta atividade é de **87,27%**, sendo que, no que respeita às Entidades, a diferença para a execução plena se deve sobretudo às cativações decorrentes da Lei do OE2012. No que respeita aos Conselhos, em que as despesas são suportadas pela própria AR, as taxas de execução variam entre 41% (UTRAT) e 74,85% (CFSIC), como se infere do Quadro 22:

Quadro 22 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

Entidades	OAR2012		GR%
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1.698.425	1.643.170	96,75%
Comissão Nacional de Eleições	923.360	923.360	100,00%
Provedoria de Justiça	4.854.572	4.542.598	93,57%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.224.837	661.680	54,02%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	723.180	686.965	94,99%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	273.781	237.217	86,64%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	148.415	107.662	72,54%
Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz	117.555	74.614	63,47%
Conselho Nacional de Procriação Medicamentemente Assistida	245.446	114.831	46,78%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	199.685	149.474	74,85%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	89.073	9.228	10,36%
Unidade Técnica Reorganização Administrativa do Território	162.420	66.595	41,00%
Devoluções ao Tesouro verbas não requisitadas	617.504	617.504	100,00%
Associação dos Ex-Deputados	42.522	42.522	100,00%
Grupo Desportivo Parlamentar	15.210	15.210	100,00%
TOTAL	11.335.985	9.892.629	87,27%

8.2. Subvenções Públicas

No que respeita às subvenções públicas previstas na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, de que se destacam as subvenções aos partidos políticos e às campanhas eleitorais, importa salientar que, até 31/12/2016, ambas se encontram sujeitas à redução de 10%, estipulada pelo n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo artigo 1.º da Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro.

Deste modo, foram inscritos **€14.510.941** para fazer face ao **pagamento das subvenções aos partidos políticos representados na AR**, com um grau de execução de 100%, acrescidos de **€342.518 para pagamento da mesma subvenção ao PCTP/MRPP e ao PAN**, os quais, embora não tendo obtido representação nas últimas eleições legislativas, obtiveram mais de 50.000 votos, o que lhes confere direito à subvenção, nos termos do n.º 7 do artigo 5.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, com as alterações subsequentes.

Assim, em 2012, procedeu-se, não só ao pagamento das subvenções para a campanha das Eleições Legislativas da Região Autónoma dos Açores, de acordo com o calendário eleitoral, como também ao pagamento do remanescente da subvenção para as Eleições Legislativas da Região Autónoma da Madeira, realizadas em 2011.

À data de 31 de dezembro de 2012, encontrava-se, assim, na posse da AR, um saldo global de €178.365,07, respeitante à subvenção para a campanha das Eleições Legislativas Regionais dos Açores. Uma vez que, em 2013, está prevista a utilização de €177.923,99 para pagamento ao PSD, CDU e BE da 2ª *tranche* da subvenção para a campanha das Eleições para a Assembleia Legislativa da RAA, restará um saldo remanescente de €441,08, que, em 2013, irá ser **devolvido ao Tesouro**.

9. Investimentos

9.1 Investimentos realizados em 2012

No ano de 2012, regista-se, em termos orçamentais, um acréscimo do investimento de 8,33%, para o qual contribuíram apenas duas rubricas de capital - "Edifícios" e "Equipamento de gravação audiovisual" – conforme evidenciado no Quadro 23, embora tal acréscimo não tenha resultado numa maior execução, por terem existido projetos que não se concretizaram na sua plenitude. As demais rubricas de despesas de capital foram objeto de contenção orçamental aquando da elaboração do OAR2012.

Quadro 23 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unidade: Euro

Investimento	OAR2011	OAR2012	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	3=2/1
Edifícios	85.533	279.037	226,23%
Equipamento de informática	801.616	495.048	-38,24%
Software informático	573.738	317.015	-44,75%
Equipamento Administrativo	366.434	173.000	-52,79%
Ferramentas e utensílios	3.000	0	-100,00%
Artigos e objetos de valor	72.000	0	-100,00%
Equipamento de gravação e audiovisual	956.582	2.455.600	156,71%
Bens do Domínio Público	1.624.710	1.137.194	-30,01%
TOTAL	4.483.612	4.856.894	8,33%

A análise do quadro supra permite identificar as rubricas que, em maior grau, justificam os decréscimos verificados, nomeadamente as que têm maior peso na estrutura deste tipo de despesas, a saber: a rubrica "Bens do Domínio Público", que se refere a despesas de capital efetuadas com empreitadas realizadas no Palácio de S. Bento" (-30,01%, que representa um decréscimo de 0,5 milhões de euros); a rubrica "Equipamento de Informática", (-38,24%, que se traduz numa redução de 0,3 milhões de euros); e a rubrica "software informático" (-44,75%, que representa menos 0,25 milhões de euros). A principal justificação prende-se com a razão, já adiantada, de que o Plano de Investimentos para 2012 foi elaborado tendo em conta fortes medidas de contenção orçamental.

Consequentemente e pelas mesmas razões, os valores orçamentados apresentam baixos níveis de execução em 2012. Assim, em termos de execução orçamental, registou-se uma taxa global de 19,31%, a que corresponde um saldo de €3.918.824,92, valor que representa a diferença entre as dotações orçamentadas e os encargos assumidos (Quadro 24).

Quadro 24 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unidade: Euro

Investimento	OAR2012		GR%
	Corrigido	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Edifícios	279.037	49.037	17,57%
Equipamento de informática	495.048	256.659	51,85%
Software informático	317.015	236.259	74,53%
Equipamento Administrativo	173.000	131.144	75,81%
Equipamento de gravação e audiovisual	2.455.600	229.089	9,33%
Bens do Domínio Público	1.137.194	35.881	3,16%
TOTAL	4.856.894	938.069	19,31%

A execução ao nível dos investimentos foi afetada essencialmente pela atual conjuntura de forte contenção e controlo orçamental, no âmbito do Programa de Assistência Financeira União Europeia (CE e BCE) /FMI, que resultaram em orientações profundas para redução e controlo da despesa, tendo a Assembleia da República reformulado o seu Plano de Investimentos, estabelecendo prioridades nos projetos e suspendendo outros.

Em face destes fatores, houve empreitadas que foram adiadas, face ao custo apresentado, designadamente a empreitada do Novo Sistema de AVAC e iluminação da Sala do Senado, e outras que foram alteradas para apenas pequenos melhoramentos.

Assim, do Plano de Atividades previsto, foi apenas lançada, no final de 2012, a **empreitada de impermeabilização do frontão do Palácio de S. Bento**, por se considerar urgente a sua execução. A justificação prende-se com o facto de se verificarem fissuras e infiltrações em paredes e teto do Salão Nobre e no frontão, tendo como consequência a danificação das pinturas existentes no Salão Nobre e a estrutura de madeira do frontão.

Foi ainda efetuado o **trabalho preparatório à execução das empreitadas a realizar em 2013**, com o objetivo de se efetivar o lançamento dos respetivos concursos públicos, através da elaboração dos respetivos projetos e de revisão de projetos já existentes, a saber:

- a) Empreitada de recuperação do anfiteatro da Casa Amarela;
- b) Empreitada de reabilitação da cobertura da escadaria nobre e da claraboia dos Passos Perdidos;
- c) Empreitada de recolocação e aquisição do posto de transformação e grupo gerador.

Não obstante as obras acima inscritas, no Plano de Investimentos 2012 optou-se, ainda, pela realização de outras, consideradas necessárias e prioritárias ao melhoramento das instalações dos serviços da AR, bem como à conservação e beneficiação dos edifícios da AR, a saber:

- a) **Empreitada de ventilação e climatização da creche da Assembleia da República**, necessária para obtenção da certificação energética do Edifício da Av.ª D. Carlos I;
- b) Criação do **Centro de Acolhimento ao Cidadão (CAC)**, que incluiu a empreitada de abertura do novo vão de acesso ao Refeitório dos Monges e a requalificação e arranjos exteriores do parque de estacionamento interior do Palácio.

Os investimentos, contabilizados em “**Edifícios**” e em “**Bens de domínio público**”- Palácio de São Bento -, respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República, assim como à melhoria das suas instalações.

As ações de conservação estenderam-se, igualmente, a outros projetos de igual relevância, direcionados para a conservação do património da AR, sobre os quais importa referir as melhorias realizadas por reporte a cada um dos imóveis intervencionados:

● **Palácio de S. Bento**

- Empreitada de criação de acesso para pessoas com mobilidade condicionada - Porta de entrada lateral;
- Empreitada de beneficiação do espaço contíguo à entrada;
- Empreitada de reabilitação do teto e paredes da Cozinha na sequência da colocação de novas cablagens elétricas;
- Empreitada de reabilitação do pavimento dos gabinetes 4026 e 4029 (PAR e Secretariado PAR);
- Empreitada de obras de reparação e pintura das divisórias amovíveis existentes no Refeitório dos Frades;
- Empreitada de reabilitação do pavimento da Livraria Parlamentar;
- Empreitada de requalificação do corredor de acesso ao Refeitório dos Frades - 3º piso;
- Projeto de beneficiação do frontão e cobertura contígua;
- Empreitada de reparação e pintura de paredes e tetos dos Gabinetes 5016, 5017, 5020, 5021, 5024, 5024A, 5025Z, 5026 e corredores 1, 2, 3, 4 no Andar Nobre;
- Empreitada de rebaixamento do passeio na entrada da rampa de acesso ao parque subterrâneo;
- Empreitada de reparação e pintura de 2 paredes na "Galeria dos Retratos";
- Empreitada de restauro de 19 janelas exteriores;

- Empreitada de divisão e requalificação da Sala 4041, na sobreloja;
- Reparação de Algerozes e reposição de telhas na cobertura;
- Reparação do pavimento do Salão Nobre;
- Empreitada de reparação e pinturas das paredes e tetos do corredor do Secretário-Geral;
- Empreitada de reparação e pintura da sala 4020 - Secretariado dos Secretários da Mesa;
- Reparação do pavimento do Gabinete 4038, (7ª Comissão);
- Remoção de grafitis na cantaria do muro da Calçada da Estrela,
- Empreitada de reparação e pintura de parede na zona dos Claustros (parcial);
- Empreitada de requalificação da sala de reuniões nº 11 das Comissões (nº 6002-6002A) para dois gabinetes dos serviços da DAC - Galeria Reservada;
- Empreitada de trabalhos de manutenção e beneficiação dos sistemas de condutas de rejeição de ar da cozinha;
- Empreitada de divisão do gabinete dos adjuntos do Secretário-Geral;
- Trabalhos de serralharia para beneficiação dos passadiços da cobertura da Sala das Sessões;
- Empreitada de reabilitação e pintura das salas da DAC nº 4035, 4036, 4037, 4039, 4040, 7004, 7005;
- Empreitada de obras de reparação e pintura das paredes do corredor das telefonistas - R/c do Palácio;
- Empreitada de requalificação das instalações da Casa da GNR;
- Empreitada de beneficiação do teto da Sala Lisboa;
- Empreitada de execução de um Sistema Anti Inundação nos sótãos do Andar Nobre;
- Empreitada de reparação do teto e sanca do bar dos funcionários;
- Empreitada de reparação da cobertura do sótão sobre o GABPAR.

● Edifício D. Carlos I

- Revisão e manutenção dos telhados e coberturas;
- Fornecimento de teto falso para os elevadores;
- Empreitada de beneficiação das paredes da Creche.

● Casa Amarela

- Remoção de grafitis e pintura de parede na fachada lateral da Casa Amarela;
- Serviço de reparação e prolongamento das redes de esgotos de condensados das salas 50 e 58 da Casa Amarela;
- Empreitada de reabilitação do pavimento de três salas, na Casa Amarela;
- Revisão e manutenção dos telhados e coberturas da Casa Amarela.

- **Edifício Novo**

- Empreitada de abertura de furações em parede de betão armado no piso -1;
- Empreitada de fixação e substituição das pedras serradas do capeamento dos acessos 1, 2 e 3, do parque de estacionamento subterrâneo;
- Empreitada de pintura de parede e limpeza de cantaria na parede lateral.

Os investimentos imputados a “**Equipamento de informática**” e a “**Software Informático**”, com taxas de execução orçamental de 51,85% e 74,53%, respetivamente, concorreram para a prossecução de objetivos de melhoria nesta área, muito embora num quadro de contenção orçamental.

No domínio do “**Equipamento Administrativo**”, com uma taxa de execução de 75,81%, o investimento distribui-se por várias áreas, prossequindo a renovação, modernização e apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República, de acordo com as necessidades sentidas, nos Serviços da AR e nos Grupos Parlamentares, e em termos de rentabilização do espaço existente, sendo de destacar:

- **Na área da segurança:**

- Implementação do Sistema Integrado de Gestão da Sala de Segurança;
- Vistoria aos extintores do Palácio de São Bento.

- **Mobiliário:**

- Execução e fornecimento de bancada e estante para o Centro de Acolhimento ao Cidadão - Refeitório dos Frades;
- Aquisição de cadeiras de reunião para o Centro de Acolhimento ao Cidadão;
- Aquisição de estantes metálicas, com prateleiras amovíveis para a DRAA;
- Aquisição de cadeiras de reunião para as salas das Comissões Parlamentares;
- Aquisição de estantes metálicas para a Divisão de Edições;
- Aquisição de mobiliário diverso para os Grupos Parlamentares: GP PP, GP PSD; GP BE e GP PCP;
- Aquisição de mobiliário diverso destinado aos Serviços da AR: DAPLEN, DAC, DRHA, DAPAT, DRI, DE/Livraria, Serviço de Segurança;
- Aquisição de material de escritório diversos – máquinas de destruir papel, telecopiadores, candeeiros, televisores, aquecedores, etc;
- Aquisição de material diverso – máquina de sumos, recipientes isotérmicos - destinados às cafetarias e bares das AR.

- **Equipamentos de climatização e ventilação** - fornecimento e montagem de algumas unidades de ar condicionado, como a seguir explicitado:
 - Requalificação dos sistemas de ventilação do piso -1 do Novo Edifício da Assembleia da República;
 - Fornecimento de unidade de ar condicionado para o Posto de Transformação do Edifício D. Carlos;
 - Fornecimento de unidade de ar condicionado para o novo gabinete do zelador do Palácio de São Bento;
 - Fornecimento de unidade de ar condicionado para o 3º piso (UTAO) – Edifício D. Carlos;
 - Fornecimento de duas unidades de ar condicionado para o 2º piso (DAPAT) e 6º piso (DRHA)– Edifício D. Carlos;
 - Fornecimento de unidade de ar condicionado para uma das salas da DP, no Palácio;
 - Fornecimento de unidade de ar condicionado para a sala 5058 (GP/PS) - Andar Nobre do Palácio de São Bento;
 - Fornecimento de unidade de ar condicionado para a Sala Lisboa (GP/BE) - Palácio de São Bento;
 - Fornecimento de unidade de ar condicionado para a sala 4.2 e gabinetes anexos (Biblioteca) – Edifício D. Carlos;
 - Fornecimento de unidade de ar condicionado para as salas dos Adjuntos do Secretário-Geral - Palácio de São Bento;
 - Fornecimento de unidade de climatização para o bar do Ed. D. Carlos.
- **Equipamentos de iluminação e elétricos:**
 - Aquisição de um grupo eletrogéneo de emergência para o CINF – cujo objetivo foi criar um sistema gerador de eletricidade autónomo para a infraestrutura informática, em especial a área dos bastidores (CPD) e respetivos equipamentos de refrigeração;
 - Renovação da iluminação da Sala Lisboa - Palácio de São Bento;
 - Continuação da substituição de vários quadros elétricos nos edifícios da AR, no seguimento da auditoria do Instituto da Soldadura da Qualidade (ISQ) que ocorreu em 2007. Neste âmbito, a AR tem vindo a investir na substituição de quadros elétricos, tendo no corrente ano, substituído o do corredor das comissões e o da cafeteria, ambos localizados no Palácio de S. Bento.

No que respeita à rubrica "Equipamento de gravação e audiovisual", cuja taxa de execução foi de 9,33%, destaca-se a aquisição da plataforma de web-tv (*hardware*) para o Canal

Parlamento, de modo a aumentar a sua presença *online* e caminhar progressivamente para o fortalecimento desta plataforma, enquanto canal privilegiado de distribuição de conteúdos vídeo e áudio em multiplataforma na *Internet*, nos novos terminais, como televisores com *Internet* ("Internet TV"), assim como em *Iphone*, *iPAD* e outros dispositivos móveis.

9.2 Projetos transitados para 2013

A identificação dos projetos com maior relevância financeira com encargos transitados para 2013, por via da respetiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

Quadro 25 – PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2013

EDÍFÍCIOS - BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	Valor (€)
Empreitada de execução de arquitetura e especialidades do novo acesso ao Refeitório dos Frades	€32.410,50
EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL	
Abertura de procedimento para aquisição de um Sistema Integrado de gestão da Sala de segurança	€110.655,78
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	
Aquisição de equipamentos Wireless	€3.688,07
Aquisição de Plataforma de Monitorização e Gestão de Rede	€5.237,29
Instalação de rede informática na portaria do parque de estacionamento subterrâneo	€2.156,35
Aquisição de uma solução multimédia para o CAC	€24.083,40
Aquisição de cabos de rede	€900,24
Aquisição de quatro computadores de secretária	€2.799,48
Aquisição de Pens Vodafone	€209,37
SOFTWARE INFORMÁTICO	
Aquisição de sistema de protecção contra ataques informáticos de Negação de Serviço (DoS)	€12.300,00
Aquisição de serviços de desenvolvimento de software para a solução multimédia do CAC	€9.840,00
Fornecimento de um sistema integrado de gestão dedicado à Assembleia da República	€27.820,80
Aquisição de uma solução de gestão dos serviços de tecnologia de informação e serviços complementares	€7.380,00
Aquisição de aplicação para gestão das palavras-passe	€551,77
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	
Aquisição de mala isotérmica p/ líquidos (restauração)	€447,72
Fornecimento de 3 aquecedores a óleo (instalações da GNR)	€206,64
Execução e fornecimento de bancada e estante para o CAC- Refeitório dos Frades	€6.027,00
Aquisição de um grupo electrogéneo de emergência para o CINF - Palácio de São Bento	€20.622,25
Fornecimento de bases metálicas para postes de projectores, pintado de cinzento, pés reguláveis	€570,72
	€267.907,38

10. Execução Financeira

10.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 26, ressalta um grau de execução orçamental global de 77,23%, face a uma execução financeira que foi de 75,51%, valor que resulta do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

Quadro 26 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2012			GR% Orçamental	GR% Financeira
	dotação corrigida	Encargos Assumidos	Despesa Paga		
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
Corrente	64.499.457,09	53.323.322,90	51.948.122,64	82,67%	80,54%
Despesas com Pessoal	41.649.312,12	37.657.266,78	37.640.002,48	90,42%	90,37%
Remun. certas e permanentes	30.387.221,35	27.918.139,66	27.902.313,40	91,87%	91,82%
Abonos variáveis ou eventuais	5.040.217,11	4.556.781,04	4.555.343,00	90,41%	90,38%
Segurança social	6.221.873,66	5.182.346,08	5.182.346,08	83,29%	83,29%
Aquisição de bens e serviços	18.954.224,06	14.445.220,19	13.087.284,23	76,21%	69,05%
Aquisição de bens	1.823.094,24	1.154.163,64	957.102,77	63,31%	52,50%
Aquisição de serviços	17.131.129,82	13.291.056,55	12.130.181,46	77,58%	70,81%
Juros e outros encargos	8.000,00	2.222,46	2.222,46	27,78%	27,78%
Juros e outros encargos	8.000,00	2.222,46	2.222,46	27,78%	27,78%
Transferências correntes	73.732,00	60.723,29	60.723,29	82,36%	82,36%
Entidades Privadas ou Públicas	57.732,00	57.732,00	57.732,00	100,00%	100,00%
Exterior	16.000,00	2.991,29	2.991,29	18,70%	18,70%
Subvenções	880.081,00	880.081,00	880.081,00	100,00%	100,00%
Subvenção aos Grupos Parl.	880.081,00	880.081,00	880.081,00	100,00%	100,00%
Outras despesas correntes	2.934.107,91	277.809,18	277.809,18	9,47%	9,47%
Dotação provisonal	2.592.528,91	4.963,84	4.963,84	0,19%	0,19%
Diversas	341.579,00	272.845,34	272.845,34	79,88%	79,88%
Capital	12.751.434,69	954.443,83	686.536,45	7,48%	5,38%
Aquisição de bens de capital	4.876.293,70	938.068,78	670.161,40	19,24%	13,74%
Investimentos	3.739.099,97	902.187,83	666.690,95	24,13%	17,83%
Bens do Domínio Público	1.137.193,73	35.880,95	3.470,45	3,16%	0,31%
Transferência de Capital	70.000,00	16.375,05	16.375,05	23,39%	23,39%
Resto do Mundo	70.000,00	16.375,05	16.375,05	23,39%	23,39%
Outras despesas de capital	7.805.140,99	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Dotação provisonal	7.805.140,99	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total AR	77.250.891,78	54.277.766,73	52.634.659,09	70,26%	68,13%
Transf. Entidades Aut. E subvenções	28.400.275,25	27.316.823,65	27.138.899,66	96,19%	95,56%
Transferências correntes	9.589.892,10	8.518.018,34	8.518.018,34	88,82%	88,82%
Administração Central	9.589.892,10	8.518.018,34	8.518.018,34	88,82%	88,82%
Subsídios	15.735.976,69	15.735.534,85	15.557.610,86	100,00%	98,87%
Instituições/ fins lucrativos	15.735.976,69	15.735.534,85	15.557.610,86	100,00%	98,87%
Transferências de capital	197.336,00	186.200,00	186.200,00	94,36%	94,36%
Administração Central	197.336,00	186.200,00	186.200,00	94,36%	94,36%
Outras despesas de capital	2.877.070,46	2.877.070,46	2.877.070,46	100,00%	100,00%
Saldos - Devolução Tesouro	2.877.070,46	2.877.070,46	2.877.070,46	100,00%	100,00%
Total Global	105.651.167,03	81.594.590,38	79.773.558,75	77,23%	75,51%

A despesa assumida que não teve execução financeira, deu origem à transição de encargos para 2013, no montante total de €1.821.031,63, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 27.

Quadro 27 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2013 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2012				Encargos por pagar
	Encargos Assumidos	Estrutura	Despesa Paga	Estrutura	
	1	2=1/Σ1	3	4=3/Σ3	
Corrente	53.323.322,90	65,35%	51.948.122,64	65,12%	1.375.200,26
Despesas com Pessoal	37.657.266,78	46,15%	37.640.002,48	47,18%	17.264,30
Remun. certas e permanentes	27.918.139,66	34,22%	27.902.313,40	34,98%	15.826,26
Abonos variáveis ou eventuais	4.556.781,04	5,58%	4.555.343,00	5,71%	1.438,04
Segurança social	5.182.346,08	6,35%	5.182.346,08	6,50%	0,00
Aquisição de bens e serviços	14.445.220,19	17,70%	13.087.284,23	16,41%	1.357.935,96
Aquisição de bens	1.154.163,64	1,41%	957.102,77	1,20%	197.060,87
Aquisição de serviços	13.291.056,55	16,29%	12.130.181,46	15,21%	1.160.875,09
Juros e outros encargos	2.222,46	0,00%	2.222,46	0,00%	0,00
Juros e outros encargos	2.222,46	0,00%	2.222,46	0,00%	0,00
Transferências correntes	60.723,29	0,07%	60.723,29	0,08%	0,00
Entidades Privadas ou Públicas	57.732,00	0,07%	57.732,00	0,07%	0,00
Exterior	2.991,29	0,00%	2.991,29	0,00%	0,00
Subvenções	880.081,00	1,08%	880.081,00	1,10%	0,00
Subvenção aos Grupos Parl.	880.081,00	1,08%	880.081,00	1,10%	0,00
Outras despesas correntes	277.809,18	0,34%	277.809,18	0,35%	0,00
Dotação provisional	4.963,84	0,01%	4.963,84	0,01%	0,00
Diversas	272.845,34	0,33%	272.845,34	0,34%	0,00
Capital	954.443,83	1,17%	686.536,45	0,86%	267.907,38
Aquisição de bens de capital	938.068,78	1,15%	670.161,40	0,84%	267.907,38
Investimentos	902.187,83	1,11%	666.690,95	0,84%	235.496,88
Bens do Domínio Público	35.880,95	0,04%	3.470,45	0,00%	32.410,50
Transferência de Capital	16.375,05	0,02%	16.375,05	0,02%	0,00
Resto do Mundo	16.375,05	0,02%	16.375,05	0,02%	0,00
Total AR	54.277.766,73	66,52%	52.634.659,09	65,98%	1.643.107,64
Transf. Entidades Aut. e Subvenções	27.316.823,65	33,48%	27.138.899,66	34,02%	0,00
Transferências correntes	8.518.018,34	10,44%	8.518.018,34	10,68%	0,00
Administração Central	8.518.018,34	10,44%	8.518.018,34	10,68%	0,00
Subsídios	15.735.534,85	19,29%	15.557.610,86	19,50%	177.923,99
Instituições/ fins lucrativos	15.735.534,85	19,29%	15.557.610,86	19,50%	177.923,99
Transferências de capital	186.200,00	0,23%	186.200,00	0,23%	0,00
Administração Central	186.200,00	0,23%	186.200,00	0,23%	0,00
Outras Despesas capital	2.877.070,46	3,53%	2.877.070,46	3,61%	0,00
Diversas	2.877.070,46	3,53%	2.877.070,46	3,61%	0,00
Total Global	81.594.590,38	100,00%	79.773.558,75	100,00%	1.821.031,63

O Quadro 27 evidencia ainda a estrutura da despesa assumida e paga, apresentando uma execução financeira global face aos encargos assumidos de 97,77%, indicador que, em 2011, foi de 97,72% e, em 2010, de 98,70%.

Considerando que as **despesas correntes** representam 65,35% do total da despesa assumida, verifica-se uma execução financeira, face a encargos assumidos, de 97,42%, sendo que, em 2011, este indicador foi de 96,88%, tendo transitado por pagar o montante de €1.375.200,26.

Relativamente às **despesas de capital**, que têm um peso de 1,17% no que se refere aos encargos assumidos, verifica-se uma execução financeira, relativamente a encargos assumidos, de 71,93%, face aos 84,10% de 2011, tendo transitado para 2013 um valor de despesa, autorizada e não paga, de €267.907,38, montante que reflete apenas os encargos transitados em aquisições de bens de capital.

No que respeita às **transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções**, cujo peso na estrutura de encargos assumidos é de 33,48%, a execução financeira, face aos encargos assumidos, é de 99,35%, em virtude de a AR proceder à transferência da quase totalidade das importâncias que compromete, com exceção da 2ª tranche da subvenção para a campanha das Eleições Legislativas da Região Autónoma dos Açores.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2013, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas - uma vez que a implementação do POC-AR implica o encerramento do ano económico a 31 de dezembro -, e à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projetos a que respeitam.

10.2 Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita, as receitas cobradas pela AR representam 0,84% das Receitas totais. Por outro lado, estas receitas, cuja análise se efetuará de seguida, registaram um decréscimo de 28,43%, correspondendo a um grau de realização de 134,99% face ao montante orçamentado (cf. Quadro 29).

Quadro 28 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Unidade: Euro

Natureza das Receitas Cobradas	2011	2012	Var%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	27.573,35	27.839,61	0,97%
Outros bens	33.882,74	27.285,19	-19,47%
Juros	388.117,22	120.267,19	-69,01%
Guias de reposição não abatidas	95.591,20	150.848,71	57,81%
Vendas de senhas de refeição	273.580,75	263.705,53	-3,61%
Rendas	48.776,32	46.747,49	-4,16%
Venda de bens de investimento	15.860,08	0,00	-100,00%
Receitas diversas - AR	12.184,13	4.283,82	-64,84%
Receitas Cobradas	895.565,79	640.977,54	-28,43%
Saldo de Gerência do ano anterior - AR	19.965.649,99	21.754.275,78	8,96%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	61.153.347,21	53.652.047,00	-12,27%
Total	82.014.562,99	76.047.300,32	-7,28%

Como se retira do Quadro 28 acima, a generalidade das receitas da AR apresenta variações negativas, com exceção das receitas provenientes de guias de reposição não abatidas, que apresentam um acréscimo de 57,81%, e das receitas provenientes dos juros bancários resultantes das aplicações no Instituto de Gestão de Crédito Público (IGCP), que aumentaram 0,97%.

O financiamento com origem no OE, que representa 70,55% do total do OAR2012, reflete, no que respeita à atividade da AR, uma variação de (-) 12,27% em relação a 2011, ano em que o financiamento do OE representou 74,56%. Se, para o efeito, não for considerado o saldo de gerência da AR de 2011, integrado no OAR2012 em sede de orçamento suplementar, **o peso do financiamento do OE aumenta para 98,82%**.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2012 constam do quadro abaixo:

Quadro 29 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2012

Unidade: Euro

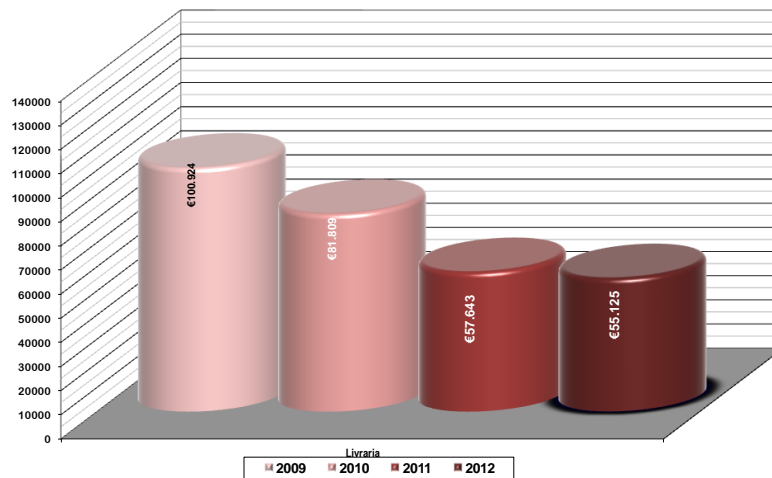
Natureza	Receita OAR2012		
	corrigida	cobrada	GR%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	20.800,00	27.839,61	133,84%
Outros bens	20.680,00	27.285,19	131,94%
Juros	123.000,00	120.267,19	97,78%
Guias de reposição não abatidas	30.000,00	150.848,71	502,83%
Vendas de senhas de refeição	216.100,00	263.705,53	122,03%
Rendas	49.000,00	46.747,49	95,40%
Venda de bens de Investimento	500,00	0,00	0,00%
Receitas diversas - AR	14.740,00	4.283,82	29,06%
Receitas Cobradas	474.820,00	640.977,54	134,99%
Saldo de Gerência do ano anterior - AR	21.754.275,78	21.754.275,78	100,00%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	55.021.796,00	53.652.047,00	97,51%
Total	77.250.891,78	76.047.300,32	98,44%

Da análise do Quadro 29, constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República foi superior à orçamentada, no que respeita à maioria das rubricas, nomeadamente nas vendas da livraria parlamentar (“publicações, impressos e artigos diversos” e “outros bens”), nos juros, nas reposições não abatidas e nas vendas de senhas de refeição.

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 14, registando-se um decréscimo face a 2011 (as vendas em 2012 foram de €55.124,80, inferiores às de 2011 que foram de €57.643,00), justificado, essencialmente pela menor procura face à crise em geral.

Gráfico 13 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS

Unidade: Euro



11. Situação Patrimonial da AR a 31 de dezembro de 2012

A informação financeira / patrimonial encontra-se registada num sistema integrado de gestão (SIGAR) desde 2010, integrando a informação patrimonial, nomeadamente a que respeita a imobilizado e stocks, necessária à elaboração das demonstrações financeiras, relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, visando a transparência, conformidade legal e a regularidade financeira.

Assim, em 2012, procedeu-se à melhoria da informação sobretudo na área de gestão de stocks da Livraria Parlamentar que passou a ser diretamente gerida na aplicação SIGAR, ao contrário do que acontecia em anos anteriores em que estava alojada na aplicação Retail Manager de gestão operacional de vendas dos artigos da Livraria.

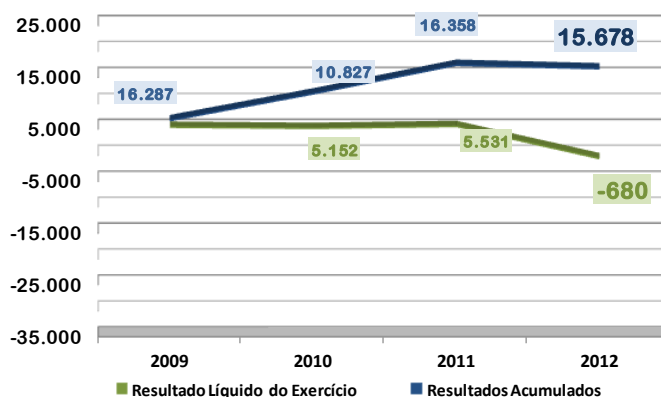
A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2012 reflete um Resultado Líquido do exercício negativo (–€679.989,38) que traduz o facto de os “menos proveitos” (resultantes de menos transferências do OE) serem substancialmente superiores aos “menos custos” (que advêm de menos encargos com pessoal e menos fornecimentos e serviços externos).

Analisa-se de seguida alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e a estrutura financeira.

A evolução dos Resultados Líquidos apurados nos últimos quatro anos consta do gráfico 15, que a seguir se apresenta:

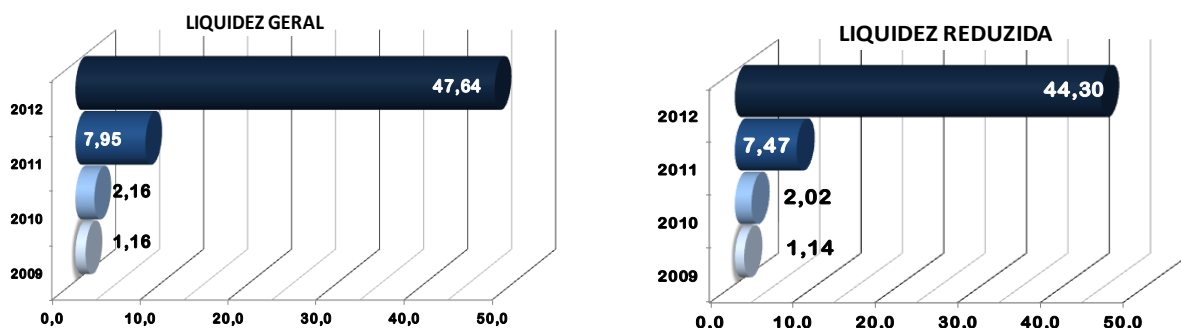
Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

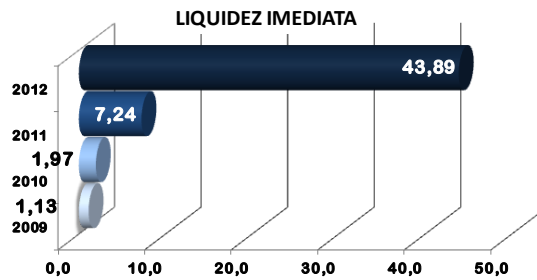
Unidade: Milhares de Euro



Ao longo do último triénio, foram aperfeiçoados os registos de operações e o seu reflexo contabilístico, o que se traduziu num maior rigor da informação apresentada, apurando-se um Resultado Líquido de -€679.989,38 representando um decréscimo de 12% face ao ano de 2011, em virtude das elevadas medidas de contenção que foram aplicadas, com reduções significativas, quer ao nível dos proveitos (diminuição das transferências do OE), quer ao nível dos custos (reduções remuneratórias e contratuais e contenção nas despesas com “fornecimento e serviços externos” e “mercadorias”). **Face à variação negativa de resultado líquido, pode concluir-se que o decréscimo dos proveitos foi superior ao decréscimo de custos.**

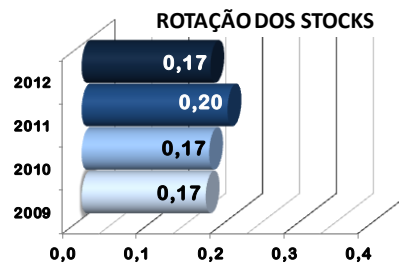
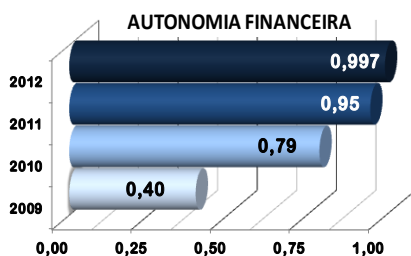
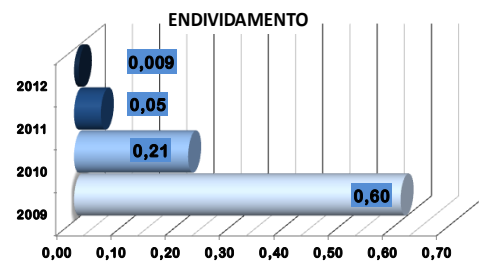
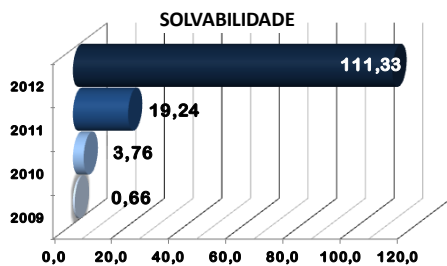
À semelhança do evidenciado em 2011, a situação de liquidez financeira, refletida na situação patrimonial a 31/12/2012, apresenta valores elevados, traduzidos pelos rácios de liquidez, seguindo a tendência de crescimento com particular ênfase em 2012.





O aumento do valor dos rácios de liquidez geral (Ativo Circulante/Dívidas a terceiros de curto prazo), nos anos de 2011 e 2012, deve-se sobretudo à redução do passivo de curto prazo, em função quer da diminuição do saldo das subvenções públicas para as campanhas eleitorais e entidades, quer das medidas de contenção de despesa e correspondentes custos de faturas em receção e conferências.

No que se refere aos rácios de liquidez reduzida (Ativo Circulante - Existências/Dívidas a terceiros de curto prazo) e liquidez imediata (Disponibilidades/ Dívidas a terceiros de curto prazo), que representam 44,3 e 43,89, respetivamente, traduzem o nível de equilíbrio financeiro, encontrando-se substancialmente acima dos valores de referência, significando que a Assembleia da República apresenta um excedente face às suas necessidades de tesouraria.



No tocante ao indicador de Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo), o respetivo valor é de 111,33, destinando-se a medir a capacidade da entidade desenvolver a respetiva atividade a médio prazo, não sendo por isso de relevar o valor do indicador apresentado, atento o mecanismo legal que está subjacente ao financiamento deste órgão de soberania.



O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) em 2012 foi de 0,997, representando total autonomia e superando o exigido, dado que o indicador referencial deverá ser igual ou superior a 0,33.

Importa salientar que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por Endividamento (Passivo/Ativo Líquido), apresenta, em 2012, um valor de 0,009, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1.

A racionalização do consumo e o controlo da gestão de aprovisionamento é evidenciada através do valor praticamente constante, apresentada ao longo do último quadriénio, do indicador de Rotação de Stocks (Vendas e Prestações de Serviços / Existências).

Assim, a análise da evolução apresentada pelos indicadores supramencionados, no período de 2009 a 2012, reflete o progresso decorrente de um permanente aperfeiçoamento dos registos das operações contabilísticas, que será melhor observado com o aproveitamento em pleno da informação veiculada pelo SIGAR – Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República.

Nota Final

De acordo com os artigos 4º e 5º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Conta são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respetivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



Serviços da Assembleia da República

Secretário-Geral
João Manuel Cabral Tavares

Adjunta do Secretário-geral
Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal

Adjunto do Secretário-geral
José Manuel Saraiva de Lemos Araújo

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Divisão de Apoio ao Plenário
Isabel Maria Graça Pereira

Divisão de Apoio às Comissões
Maria de Fátima Carvalho da Costa Figueira Abrantes Mendes

Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual
José Nogueira Diogo

Direcção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
Fernando Carlos Marques Pereira

Divisão de Edições
Maria Teresa Silvério da Fonseca

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
Victor Manuel Pires da Silva

Biblioteca
Rosa Maria Barreto Pereira da Silva

Arquivo Histórico-Parlamentar
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Divisão de Recursos Humanos e Administração
Vítor Manuel Leal Madeira

Divisão de Gestão Financeira
Susana de Oliveira Torres Martins



Divisão de Aprovisionamento e Património
Maria Cristina Aniceto de Mendonça Machado de Araújo Neves Correia

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
Ana Rita Manteigas Sousa Pinto Ferreira

Divisão de Relações Internacionais
Ana Rita Manteigas Sousa Pinto Ferreira

Divisão de Protocolo
Maria Manuela Azóia Lopes

Centro de Informática
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
João José da Costa Santos Gil